

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 22-02-2021.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo e Jessé Sangalli. A seguir, foi apregoado requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia dezoito ao dia vinte e seis de fevereiro do corrente, tendo o Presidente declarado Conselheiro Marcelo empossado na vereança, em substituição, do dia vinte e dois ao dia vinte e seis de fevereiro do corrente, após a entrega de seu Diploma e de sua Declaração Pública de Bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, informando-o que integraria a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL. Em continuidade, Conselheiro Marcelo pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Silvio Luís dos Reis Santos Júnior e a Marcos Kordyas Dossa, respectivamente Presidente e 1º Secretário da Associação dos Colaboradores do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, que se pronunciaram acerca da importância tecnológica e financeira do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Matheus Gomes, Jonas Reis, Bruna Rodrigues, Idenir Cecchim e Mauro Zacher manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Sebastião Melo, Prefeito, de Luiz Fernando Záchia, Secretário Municipal de Mobilidade Urbana, de Cassio Trogildo, Secretário Municipal de Governança Local e Coordenação Política, de Paulo Roberto da Silva Ramires, Diretor-Presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação, de Bruno Breyer Caldas, Secretário Municipal Adjunto da Fazenda, de Roberto Silva da Rocha, Procurador-Geral do Município, e de Rafaela Peixoto Azevedo, Procuradora do Município. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Sebastião Melo e a Luiz Fernando Záchia, que se pronunciaram acerca de questões relativas à mobilidade urbana e às medidas de enfrentamento à epidemia de covid-19 em Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mauro Zacher, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Lourdes Sprenger, Cassiá Carpes, Mauro Pinheiro, Roberto Robaina, Comandante Nádia, Idenir Cecchim e Felipe Camozzato. Também, Leonel Radde, Laura Sito, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Matheus Gomes,

Gilson Padeiro, Fernanda Barth, Pablo Melo, Alexandre Bobadra, Claudio Janta e Karen Santos pronunciaram-se acerca dos temas em debate. Ainda, Sebastião Melo e Luiz Fernando Záchia pronunciaram-se acerca dos temas em debate. Na ocasião foram apregoados o Projeto de Lei do Legislativo nº 003/21 (Processo nº 0025/21), de autoria de Jonas Reis, e o Projeto de Resolução nº 014/21 (Processo nº 0183/21), de autoria de Mônica Leal. Às dezoito horas e trinta e cinco minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde a todos e a todas, vereadores, vereadoras, secretários, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores. São 14h15min, vamos dar início à sessão. Peço ao nosso assessor Sandro, da Diretoria Legislativa, que nos auxilie, posso ver aqui alguns vereadores que nos acompanham de forma remota. Solicito ao Cerimonial da Casa para que componha a Mesa com as autoridades presentes.

MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES: Senhoras e senhores, boa tarde, estamos aguardando a presença do Sr. Prefeito Municipal, mas vamos compor a Mesa com as autoridades presentes. Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Luiz Fernando Záchia, Secretário de Mobilidade Urbana; o Sr. Cassio Trogildo, Secretário de Governança Local e Coordenação Política; o Sr. Paulo Ramiro, Diretor-Presidente da EPTC; a Sra. Rafaela Peixoto Azevedo, da Procuradoria-Geral do Município.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Convidamos também o Sr. Bruno Caldas, Secretário Adjunto da Fazenda, para compor a Mesa conosco.

De imediato, peço que o Sr. Sandro nos auxilie com a chamada dos vereadores para verificação de quórum, por gentileza.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e nove Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

O Ver. Moisés Barboza solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 18 a 26 de fevereiro de 2021. Em razão desta licença-saúde, o suplente Conselheiro Marcelo, que se encontra no plenário e já procedeu à entrega do Diploma e Declaração Pública de Bens, assumirá a vereança, no período do 22 a 26 de fevereiro de 2021, nos termos regimentais.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Conselheiro Marcelo prestará a seguir.

SUPLENTE CONSELHEIRO MARCELO BERNARDI (PSDB):

"Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro empossado o Ver. Conselheiro Marcelo. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Conselheiro Marcelo Bernardi, V. Exa. integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e Mercosul – CEFOR.

O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Primeiramente, cumprimento todos os presentes fisicamente e virtualmente, e, na pessoa do nobre Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely, também todos os nobres colegas vereadores aqui presentes. Hoje estou aqui assumindo a cadeira de vereador por um motivo triste sim, pois o vereador do PSDB e líder da bancada, Moisés Barboza teve que se afastar e está internado devido à Covid. Então, do fundo do meu coração, desejo que ele se recupere e volte à sua jornada cumprindo a sua missão. Eu já passei por essa doença e fiquei 14 dias internado, mas eu sou um vencedor, e hoje estou aqui, assim como tu também vencerás, mas quero dizer a todos que apesar do motivo triste que me coloca aqui hoje, assumindo a vereança, o sentimento é de gratidão, gratidão a todos aqueles que acreditaram em mim, às 2.769 pessoas que votaram no Conselheiro Marcelo Bernardi para vereador. Estou pronto para essa missão. Tenho uma jornada de quatro mandatos como conselheiro tutelar em Porto Alegre lutando pelos mais vulneráveis, pelos que não têm voz e não podem se defender. Tenho muito orgulho da minha trajetória e quero aqui, na Casa do Povo, lutar por essas pessoas, lutar pelo povo, pelos mais vulneráveis, e quero ser a voz deles. Minha campanha foi limpa e de coração. Minha família e meus amigos foram meus soldados. Minha mochila nas costas foi meu escudo; meus pés, minhas armas; e minha fé, meu alicerce. Obrigado a Deus e a meus orixás. Que seja sempre feita a tua vontade e nunca a nossa. Agradeço também aos que não acreditaram em mim e tentaram me derrubar, pois acabei tendo ainda mais forças para lutar e vencer, e, se hoje aqui estou, é porque superei as dificuldades e desafios sem pisar e agredir ninguém, apenas sendo eu mesmo e respondendo ao ódio com muito amor e trabalho. Quero dizer que, enquanto estiver aqui representando o povo, farei o que sei fazer, trabalhar com dedicação e seriedade. Não sei quanto tempo ficarei na vereança, mas tenho certeza de que o tempo em que eu ficar farei o meu melhor, honrarei o povo que me elegeu como 1º suplente, sendo leal aos meus princípios e minha verdade. Que assim seja. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Seja muito bem-vindo, vereador.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Colaboradores do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada – Acceitec. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre dois oradores. O Sr. Silvio Luís dos Reis Santos Júnior, Presidente, e o Sr. Marcos Kordyas Dossa, 1º Secretário, estão com a palavra.

SR. SILVIO LUÍS DOS REIS SANTOS JÚNIOR: Boa tarde a todos, meu nome é Silvio Luís, eu falo em nome da Associação dos Colaboradores da empresa Ceitec e venho utilizar a tribuna para explicar e dar aos senhores uma visão de que o Município de Porto Alegre hoje tem uma empresa de alta tecnologia instalada na Lomba do Pinheiro e que pode, a curto e médio prazo, reverter inclusive as questões de arrecadação do Município. Essa empresa está localizada na Lomba do Pinheiro e tem um capital intelectual de alto nível e produz microchips. Vou passar um breve histórico através de uma apresentação.

Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ver. Márcio Bins Ely, e parabenizar a Mesa Diretoria e os demais vereadores e a quem nos escuta.

(Procede-se à apresentação.)

SR. SILVIO LUÍS DOS REIS SANTOS JÚNIOR: O que é a microeletrônica, gente? A microeletrônica é a técnica de produzir circuitos integrados. Essa tecnologia, ela está ao nosso redor hoje, ela nos circunda, nós podemos ter agora uma teleconferência porque temos tecnologia. Ela está dentro dos *chips*, dos telefones celulares, ela está dentro do nosso cotidiano. Hoje, a indústria de tecnologia está em toda sociedade, desde o menos favorecido ao mais favorecido, encurtando e facilitando processos, comunicações e informações. Na Lomba do Pinheiro, nós temos uma empresa que desenvolve esse tipo de tecnologia.

O que é a empresa Ceitec? É uma empresa pública feita através da participação do Município de Porto Alegre, do Estado do Rio Grande do Sul, do governo federal e a empresa Motorola, que fizeram uma parceria no início dos anos 2000, fazendo o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada. Essa é uma política de longo prazo, pois exige o desenvolvimento de toda uma cadeia ao redor deste segmento que não existia antes no Brasil praticamente, porque é programa totalmente novo. Países como a Coreia do Sul e países liberais fizeram, por exemplo, seus programas de governo utilizando o poder de compra do Estado, o investimento do Estado para intensificar. Então, por exemplo, nós temos *cases* de sucesso como a Samsung hoje, que transformou a economia sul-coreana. Então, o Ceitec, para o

Município de Porto Alegre, para o Brasil, pode fazer o mesmo, precisa apenas ter mais investimentos. Há pesquisas que dizem, em revistas internacionais, que para cada um dólar investido, retornam dezesseis dólares para o PIB. Então, é uma indústria de alta transformação de recursos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Silvio, interrompo para anunciar a presença do Sr. Prefeito Sebastião Melo, a quem convido para fazer parte da Mesa. Pode prosseguir, Sr. Silvio Luís.

SR. SILVIO LUÍS DOS REIS SANTOS JÚNIOR: Então, exemplo de atração de investimento para o Brasil, realizado após a criação do Ceitec, é a empresa HT Micron, em São Leopoldo, que teve, no ano passado, um faturamento de mais de 100 milhões de dólares. O faturamento de uma empresa como essa é significativo para o Município e não podemos abrir mão dela.

O Ceitec é uma empresa que vem dobrando seu faturamento desde 2017 e vem alcançando uma curva exponencial do seu faturamento, onde havia R\$ 5 milhões, R\$ 9 milhões; no ano passado, 2020, fechou em R\$ 13 milhões, e projetado para 2021, R\$ 15 milhões. Esse faturamento está num processo exponencial, de acordo com os produtos que o Ceitec fabrica, que são produtos aceitos, principalmente, pelo mercado privado, que tem reconhecido a qualidade e a competência dos produtos que nós fabricamos. Por exemplo, hoje, os *chips* de pedágio, 40% do mercado nacional são detidos pelo Ceitec. Como eu disse anteriormente, o Ceitec é uma empresa que tem um grupo técnico que supera, proporcionalmente, a Embrapa, por exemplo. Nós temos mais doutores, proporcionalmente, mais mestres, mais pós-doutores e técnicos, do que os colaboradores da própria Embrapa, que é uma empresa referência no País. Atualmente, o Ceitec atua no setor da saúde, onde estamos com protótipos para detecção rápida de Covid-19, através do PCR, e de doenças precoces, como câncer.

Em 11 anos, a empresa vem aumentando seu faturamento de forma expressiva, ela precisa de mais investimentos para aumentar o seu faturamento e a sua raiz capilar na economia estadual, municipal e federal propriamente dito. O faturamento previsto para 2024 poderá atingir, então, R\$ 800 mil por funcionário. A empresa é uma empresa enxuta que tem entre 160 e 170 funcionários hoje, então, é um faturamento expressivo por funcionário.

O Ceitec, hoje, está num processo de desestatização pelo governo federal, e nós gostaríamos que vocês, vereadores, pudessem dar uma atenção especial para o Ceitec, porque é inadmissível hoje que uma empresa como o Ceitec, que trata de tecnologia, seja fechada, descartada pelo governo. A gente tem que rever esse posicionamento, acho que o Município de Porto Alegre não tinha sido envolvido nessa exposição. Então, acho que, com os senhores aqui, é o melhor local para que possamos discutir. E vocês podem, inclusive, visitar o Ceitec e conhecer as suas dependências e fazer o seu juízo de valor, se a empresa é importante ou não para a economia municipal.

Esse é um estudo que o próprio Ministério da Economia fez quando recomendou a empresa para o processo de desestatização, onde aponta que a empresa

no cenário otimista seria superavitária em 2024, com R\$ 24 milhões. Esse processo, esse fluxo de caixa previsto no momento do estudo não previa os produtos novos que o Ceitec vem desenvolvendo, por exemplo, produtos da área da saúde e *tags* para os setores de logística relacionados ao pedagiamento e ao controle de mercadoria em geral. O Ceitec hoje é a única empresa, do hemisfério sul, certificada para a produção de passaporte eletrônico. O nosso produto tem a certificação com todos os critérios para ser utilizado na confecção de passaporte. Nós temos produtos que foram desenvolvidos para atender as demandas públicas, por exemplo, o SINIAV, um produto que seria aplicado nos veículos, e nós poderíamos hoje, inclusive, reduzir o processo de furtos de veículos, o controle de logística das cidades.

Temos produtos para auxiliar os gestores públicos a cuidar dos seus ativos. Pode ser desde uma limpeza de bueiro para marcar com *tag* para verificar que foi feita aquela limpeza; Porto Alegre teve, há tempo, problemas relacionados a isso. Com relação ao inventário propriamente dito, com um simples toque, você pode catalogar todos os itens que estão nesta sala, por exemplo, incluindo microfones, computadores, mesas, etc., ou produtos mais valiosos, que podem ser verificados também com um simples toque, através da tecnologia RFID, um *chip* fica conversando com uma antena e um sistema. Nós temos também para controle de vagões, por exemplo, controle de locomotivas e trilhos, temos um produto em que a composição passa por cima – esse produto está homologado na Vale do Rio Doce hoje –, a locomotiva passa, verifica o trilho, o dormente do trilho, o vagão que está carregando, a locomotiva que está passando por cima está lendo. E se dentro desse vagão estiverem cargas que possam ser rastreáveis também, por exemplo, identificadas devidamente, quando passa no portal, pode-se contabilizar toda a carga que passou naquele vagão, podendo fazer um cruzamento com a nota fiscal eletrônica, para diminuir, por exemplo, algum crime tributário.

A empresa Ceitec, hoje, tem muitas ferramentas que podem auxiliar demais a administração pública e agilizar, então, o processo. Acredito que vocês, vereadores, podem conhecer o Ceitec, e será um prazer recebê-los antes de a empresa ser liquidada, com isso, talvez, lutando pelo ativo municipal e não perdendo esse bem valioso. Obrigado pela atenção de todos e pela oportunidade. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Agradecemos ao Silvio pela presença.

O Ver. Matheus Gomes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Gostaria, em nome da bancada do PSOL, da oposição também, cumprimentar o Silvio, o Marcos, a nossa Mesa, hoje com a presença do Executivo também, e dizer a vocês que, diante da exposição que o Silvio acabou de fazer, eu acho uma lástima que a nossa cidade e o

Brasil percam a oportunidade de desenvolver uma empresa tão potente quanto o Ceitec num momento em que o mundo inteiro vê, a partir da pandemia, a necessidade de desenvolver tecnologia de ponta para que as nações possam se desenvolver de forma autônoma. Infelizmente, o Brasil é um País que insiste no modelo de desenvolvimento que nos remete a uma tradição dos últimos séculos, de estar preso ao setor primário, de não ser um País que quer ser reconhecido em nível mundial como produtor de tecnologia. Mas o Ceitec e outros tantos esforços que a gente vê acontecerem pelo nosso País afora mostram que é possível, sim, que o Brasil se orgulhe de ter produção de tecnologia própria e de ponta no nosso País; isso interessa ao Município, prefeito Sebastião Melo, porque o terreno do Ceitec foi cedido pelo Município à União. Então, nós entramos, Silvio, Marcos, com um pedido de informações, no mês passado, pelo nosso mandato, para que a Prefeitura pudesse fazer este diálogo conosco, sobre qual o futuro daquele terreno, e se é possível que a gente interceda para evitar que o destino do Ceitec seja ser mais uma empresa entregue como a gente está vendo, no campo da tecnologia da informação, uma política desde o governo federal, que vem precarizando a Dataprev, o Serpro. Nós vamos abrir um grande debate aqui na Câmara sobre o tema da Procempa também e como a tecnologia da informação e comunicação serve ao desenvolvimento do Município, aproveitando a presença do prefeito Sebastião Melo, para que o Município seja ativo nessa luta em defesa do Ceitec e de um projeto de País e de cidade que passe pelo desenvolvimento de tecnologia de ponta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador. O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Quero aqui, em nome do PT, saudar a empresa Ceitec, a iniciativa de criação e a existência dela no Município de Porto Alegre. Nós estamos falando, e aproveitamos a presença do prefeito Sebastião Melo, de 190 empregos que geram outros empregos indiretos na zona da Lomba do Pinheiro; fundamentalmente, estamos falando disso em primeiro lugar. Em segundo, estamos falando de tecnologia de ponta produzida em Porto Alegre. E está na mão, claro, dos políticos, de articularem para que a gente avance, para que Porto Alegre não retroceda. Perder essa empresa não é positivo! Então, a gente entende que a decisão do governo federal é errada, é uma decisão que vai na contramão da criação de um Estado e de um País que disputem em nível internacional, nós temos que produzir ciência, tecnologia! Vejam a questão da Covid, se não fossem os cientistas, nós nunca teríamos, em dez meses, uma vacina para combatê-la – e temos várias no mundo inteiro. Então, Porto Alegre precisa, sim, investir em empresas que produzam o novo. Nós não podemos retroceder e ficar numa cidade só de comércio, só de serviços, isso é muito importante, mas eu acho que a gente pode investir em novas matrizes. Garantir o Ceitec aqui é garantir que Porto Alegre vai se planejar para 5, 10, 20 anos e pode criar um circuito

regional metropolitano de produção de mais empresas, de uma nova industrialização, que nós precisamos.

O Brasil está retrocedendo em industrialização. Eu acho que Porto Alegre e a Região Metropolitana podem liderar isso. Então, nós, a bancada do Partido dos Trabalhadores, e das trabalhadoras, fazemos esse apelo e parabenizamos o Sr. Luís pela exposição e pedimos a sensibilidade, não só políticos da cidade, mas também dos deputados, que se faça uma frente em defesa do Ceitec.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Cumprimento o Sr. Prefeito, o Presidente Márcio, cumprimento a Mesa, cumprimento o Silvío, em nome do Ceitec, e quero deixar aqui o apoio do PCdoB. Nós sabemos que o Ceitec é a única empresa que produz *chips* na América Latina, é inadmissível que nós, a cada dia, venhamos a perder um pouco do nosso patrimônio brasileiro, é inadmissível, prefeito. Eu quero fazer uma comparação para as senhoras e para os senhores que nos acompanham de casa: é como se uma chefe de família começasse a vender seus eletrodomésticos de dentro de casa. Nós sabemos que eles são necessários e nós teremos que comprar de novo, Srs. Vereadores. Agora, quando nós jogamos fora o que nós produzimos ao longo do tempo, nós também jogamos fora a capacidade de o País ser um país de ponta, que dispute a tecnologia em nível mundial. É inadmissível que o governo federal opte, a cada dia, por vender um patrimônio brasileiro, que a gente se despeça de algo que é fundamental. Neste momento, nós deveríamos estar falando sobre o inverso, sobre o aporte nessa empresa que é fundamental neste tempo em que vivenciamos uma pandemia e que a tecnologia é fundamental para manutenção do serviço público, é fundamental para a manutenção de todo e qualquer trabalho, seja ele remoto ou não. Então quero deixar aqui o nosso registro, o apoio do PCdoB, e quero também indicar ao prefeito que acompanhe e que seja parceiro na luta em defesa do Ceitec.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereadora. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu acredito nos dados que o representante do Ceitec trouxe aqui, só que ele esqueceu de falar dos custos. Eu estava secretário da SMIC quando foi instalado o Ceitec, removeu-se até uma escola, a Prefeitura tinha 10% e tinha um representante no conselho – eu participei como conselheiro. Passou-se um tempo, a administração do PT excluiu a Prefeitura; hoje em

dia – duvido que mostrem aqui – quantos por cento tem a Prefeitura? Sumiram os 10%, sumiu o representante da Prefeitura do conselho do Ceitec. Ele já começou escandaloso, não esqueçam que o cara da construtora foi para a cadeia por causa do Ceitec; o custo daquele prédio foi de 10 mil casas populares, e quando se diz “fatura R\$ 13 milhões”, não se diz quanto custam por ano os 190 empregos. Que bom que esses 190 produzissem, cada um, um percentual maior do que produziram até agora. Até agora o Ceitec não produziu nada! Eu lembro de uma concorrência em particular que era para seguir as malas nos aeroportos, um grande empresário foi lá solicitar; pediram três anos para desenvolver isso e não tinham como dar o preço. Ele foi a São Leopoldo, numa empresa particular, dois meses depois já tinha a solução, e instalaram o rastreamento de malas nos aeroportos. É isto, nós temos que prestigiar as empresas que produzem, prestigiar as pessoas que rendem como empregados, e não botar dinheiro público para dizer que mantém emprego e para dizer que tem uma empresa de tecnologia. Ela tem que ser de tecnologia e tem que ser avançada, o que não é. Os equipamentos da Motorola ficaram dez anos no porto, dez anos! Hoje em dia estão completamente ultrapassados. Quanto custa para colocar essa empresa como ela deve ser, nos dias de hoje, tecnologicamente e funcionalmente, para que ela consiga pagar os empregados, pois hoje em dia ela não consegue? Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; da mesma forma saúdo o prefeito Sebastião Melo, o Presidente da EPTC...

Vereador Mauro Zacher (PDT): Presidente, não sei se haveria condições de eu falar ainda na presença dos representantes do Ceitec.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Podemos permitir que o Ver. Mauro Zacher fale por dois minutos, depois o Ver. Aldacir Oliboni faz sua Questão de Ordem.

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Obrigado. Eu não poderia deixar de me manifestar aqui sobre a importância do Ceitec para a nossa cidade, é importante que o Melo esteja aqui conosco, ele conhece bem o assunto. Aliás, o secretário Záchia, da EPTC, foi dirigente de lá e sabe da visão estratégica para um país que deseja, que sonha com desenvolvimento. Eu gosto muito de usar o argumento, Melo, que a gente possa ultrapassar as armadilhas que... (Problemas na conexão.) ...nos coloca, e isso só será possível num país industrializado. Num recente *boom* que nós

tivemos de crescimento econômico, onde esforços foram feitos para que a nossa indústria se tornasse mais competitiva e alavancasse a nossa economia, nós percebemos o que realmente nós não tínhamos e o que nos deixa num déficit, numa distância da indústria de outros países mais desenvolvidos: justamente a questão tecnológica. Não há como medir isso com uma régua no resultado, num balanço. Quero aqui divergir do ponto de vista do Ver. Cecchim; nós não medimos o resultado disso apenas num balanço, nós vamos sentir o resultado a longo prazo. Naquilo que outros países investem fortemente para garantir tecnologia, eu vejo que Porto Alegre não poderia abrir mão. É claro que não há nada que não possa ser revisto, recomposto, reposicionado, mas se nós queremos realmente estabelecer um País que possa voltar a ter competitividade no mundo, que nós possamos desenvolver, que nós possamos superar essas armadilhas que são colocadas na nossa economia, nós precisamos investir fortemente em tecnologia e não podemos abrir mão de maneira estratégica disso.

Eu cito aqui, porque talvez muitos não saibam, que o agronegócio, prefeito e vereadores, é um agronegócio competitivo hoje no mundo inteiro não apenas pela vontade, pelo ímpeto e pela intuição dos nossos agricultores – que são competentes e são empreendedores –, mas porque nós temos uma empresa pública, a Embrapa, que foi altamente eficaz e conduziu o agronegócio a um patamar extremamente competitivo no mundo. Hoje não é mais apenas a Embrapa, inclusive se trouxe para o País outras iniciativas privadas que se colocam no agronegócio.

Obrigado, Presidente; pessoal do Ceitec que está presente, sejam muito bem-vindos, pois o debate é importante, a cidade não poderia abrir mão do Ceitec. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, voltando, então, à Questão de Ordem, em nome do PT, do PSOL e do PCdoB, queríamos propor aqui a seguinte sugestão: estamos vivendo momentos difíceis, o Estado decretando bandeira preta, e o sistema colapsado – 98% do sistema de saúde ocupado e 105 pessoas já aguardando leitos de UTI. É uma situação complexa, e nós estamos aqui na nossa frente com o prefeito...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, o senhor vai fazer uma questão de ordem ou um encaminhamento?

Vereador Aldacir Oliboni (PT): A Questão de Ordem é a seguinte: que a gente pudesse desmembrar em dois momentos. Um momento em que a gente possa falar do transporte público e, aproveitando a vinda do prefeito, a questão da saúde pública, uma vez que nós não temos Ordem do Dia no dia de hoje. Obviamente o prefeito terá oportunidade de falar sobre seu plano de combate à Covid, e nós poderemos interagir sobre isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. Obrigado, vereador. Sobre o encaminhamento do líder da oposição, o prefeito dá um retorno que, pela parte dele, está tudo bem, então acredito que vamos ter condições de enfrentar também esta pauta hoje.

Hoje temos o comparecimento do Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, e do secretário Luiz Fernando Záchia, da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, que abordarão o tema: mobilidade urbana.

O Sr. Sebastião Melo está com a palavra.

SR. SEBASTIÃO MELO: Presidente Márcio, primeiro quero cumprimentá-lo, e estendo os cumprimentos à Mesa Diretora, obrigado pela recepção, que tem sido rotineira nesta Casa; quero cumprimentar os demais 35 vereadores, os líderes, em especial o nosso líder do governo, Ver. Idenir Cecchim; Nádia, nossa vice-líder; líder e vice-líder da oposição, Pedro Ruas e Oliboni.

Estou vindo do Hospital Parque Belém, estavam presentes vários vereadores nos acompanhando numa vistoria, e a gente vai deixar para falar sobre a saúde num segundo momento, para poder responder todas as demandas.

Eu, Luiz Fernando Záchia, Paulo Ramires, que preside a EPTC, Cassio, nosso secretário de Governança Local e Coordenação Política, Bruno Caldas, secretário Adjunto da Fazenda, e o nosso procurador-geral, por que nós estamos aqui? Nós estamos aqui para dividir responsabilidades com vocês sobre um tema que não é um tema menor, a questão da mobilidade urbana. Desde a concepção do sistema, talvez lá por 1920, 1930, até 2015, o sistema em Porto Alegre foi operado sem licitações. Em 2015, foi feita uma licitação, duas vezes deu deserta e, na terceira, os consórcios que já trabalhavam aqui na cidade foram ganhadores. Assinamos contratos e, de lá para cá, são, portanto, cinco anos de contratos assinados. Fundamentalmente – Dra. Rafaela, nossa querida procuradora, tem nos dado um grande auxílio nesse tema –, em regra geral, é o seguinte: você tem o passageiro transportado, você tem o isento, você tem o que paga meia-passagem, e você tem o custo da operação. No final de cada ano, você apura isso e você joga o preço da passagem para frente. O que acontece? O sistema vem perdendo passageiros desde aquela época, e, segundo os dados – depois vou adentrar neles –, a perda chega a quase 40%, por várias razões que também serão detalhadas. Então, quando eu tenho altas isenções, de 30%, e baixo número de passageiros, consequentemente a passagem sobe muito mais do que a inflação. No ano passado, o prefeito Marchezan – acho que até não tinha outro caminho – negociou com o sistema a seguinte questão: ele aportou para o setor privado de transporte em torno de R\$ 43 milhões, mais R\$ 72 milhões para a Carris, sendo que a Carris assumiu, de setembro para cá – e vai operar assim até março –, 19 linhas que eram operadas pelo setor privado.

Quando fui eleito prefeito, eu e o Ricardo fomos até a ATP, porque sabia, conheço o sistema, exatamente da sua gravidade. Então fomos lá conversar com eles: “Olha, a gente quer abrir as negociações, porque a gente sabe que esse sistema está colapsado”. Depois, na primeira agenda do prefeito empossado, na segunda-feira, às 9h

da manhã, eu, o Záchia e a equipe da EPTC conversamos longamente com o sistema. De lá para cá, tem havido várias reuniões e esse assunto foi chegar na justiça, através de uma mediação, por nossa proposta. Inclusive eu tenho reiterado, Presidente, acho importante, sei que a doutora juíza tem dito que tem convidado a Câmara, talvez as coisas nos escaninhos da Câmara às vezes não cheguem, mas seria importante que a Câmara se fizesse representar nessas audiências – muito importante! Talvez designar um, dois ou três vereadores, essas audiências são por videoconferência, porque lá estão a ATP, o governo, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o Ministério Público de Contas, e a Câmara de Vereadores é importante nesse diálogo. Por que a gente quer esgaçar esse debate? Porque hoje há três questões postas na mesa: o sistema requer dinheiro público, ou seja, mais dinheiro público num sistema já falido; o sistema quer diminuir a operação; o sistema quer aumentar a passagem. Cabe a nós dividir com vocês essas três questões. Porque todos os remédios para esse tema são extremamente amargos, hoje até usei uma expressão: “mais amargo que Olina!” Se nós falarmos da questão dos cobradores, nós teremos muitas resistências, mas os cobradores fazem parte da questão do preço da passagem. Se nós falarmos aqui que nós vamos tirar isenções, por exemplo, dos estudantes que ganham mais, com certeza haverá gente que vai dizer: “Não, não pode fazer isso”. Mas será que é razoável, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Claudio Janta, em nome de vocês dois quero simbolizar isso? Eu, Melo, sou funcionário de uma empresa, eu tenho carteira assinada, então o meu pagamento, quando eu entro no ônibus, é de 6%, porque eu recebo meu salário e recebo meu cartão Tri. Portanto, a passagem, para aquele empregado formal, não é tão significativa; mas o Mauro é um funcionário, Deus deu a ele grandiosidade, ele é aposentado com R\$ 10 mil ou R\$ 12 mil, e ele anda de graça porque tem 66 anos. E o Janta é camelô; trabalha de dia para levar um litro de leite à noite para o filho. O Janta tem que pagar R\$ 4,55; quem ganha R\$ 12 mil não paga nada; e eu, que sou empregado formal, pago 6%. Vocês acham que é justo isso? No constituinte brasileiro, isso aqui foi tão benevolente que diz: “Não, quem tem 65, independentemente de ter necessidade, não precisa pagar”. A Comandante Nádia tem um filho que estuda na PUCRS, ela tem condições de pagar R\$ 7 mil a R\$ 8 mil para esse filho estudar na PUCRS por mês, mas o filho dela tem direito a 50% de desconto. Será que está correto isso? Será que está correto que o Guarda Municipal, que não ganha tanto, mas ganha muito mais do que os normais da cidade, tenha isenção de transporte urbano? Será que os agentes de trânsito, meu caro Paulo Ramires, que também não ganham tanto, mas ganham muito mais do que os mortais, tenham direito a essa isenção de tarifa? Será que os professores também têm esse direito, ou será que os professores ganham mal, alguém está pagando mal, e o povão está pagando a passagem para eles?

Esse assunto tem endereço: é na Casa que eu presidi, na Casa em que eu tive a honra de ser vereador; por isso, a gente quer discutir com vocês, porque a gente não tem como não enfrentar esses temas nesta Casa. Talvez se possa colocar algum recurso público por algum tempo, curtíssimo, porque não há dinheiro, mas a gente quer discutir com vocês todas as alternativas. E, para ter diálogo, não pode rejeitar pautas; da nossa parte, não tem rejeição de pautas. Eu disse aos empresários que, para botar dinheiro,

tem duas questões básicas: em primeiro lugar, eles aceitarem a repactuação de contrato, porque esse contrato não existe mais – dizer que ele existe é mentiroso.

Será que não podemos ter ônibus menores em horários diferentes na cidade? Será que o sistema de lotação, que também está quebrado, não pode integrar com o sistema de ônibus? Será que o Tri não pode ser usado no sistema de lotação? Será que as linhas rápidas não podem ser abastecidas por linhas intermediárias dos lotações ou carros menores? Será que, se eu não tenho passageiro às 10h, às 11h, às 13h, eu não posso ter um preço de R\$ 2,00 para atrair passageiros? Isso significa o seguinte: o sistema tem que ser repactuado; isenções têm que ser revistas, na nossa avaliação; e tem que baratear a passagem.

Eu, amanhã, vou à Brasília, com uma agenda muito construída que começa com o ministro da saúde pela manhã para tratar sobre o tema mais importante da nossa cidade, mas à tarde estarei com o Presidente. E vou dizer ao Presidente o que eu já disse aqui na ponte do Guaíba: Presidente, tirem todos os impostos daquilo que diz respeito ao transporte urbano. Não é possível que o dono de 2 mil hectares neste Brasil compre uma caminhonete e tenha isenção de imposto e que o ônibus que transporta o povão não tenha isenção. Não é possível que para aviação regional se pague 7% do querosene de ICMS e para transportar o povão se pague 12% de ICMS. Isso está errado! Nós precisamos tirar tudo o que é possível e ter uma passagem que caiba no bolso da população.

Então é com esse fito, de coração aberto, de alma aberta que nós estamos aqui para dividir com vocês. A Câmara é corresponsável; a democracia tem uma coisa maravilhosa: prefeito pode propor, mas a palavra final é dada pela Câmara. E que bom que é assim, porque assim não tem espaço para autoritarismo. Agora, nós precisamos dividir a responsabilidade. É com esse fito que nós estamos aqui o tempo necessário; queremos ir à CUTHAB, queremos voltar aqui e queremos, com vocês, construir uma saída digna para o nosso transporte. Muito obrigado. Acho que o Záchia, junto com o Paulo, pode tocar a matéria, mas aqui fica uma introdução política para um debate tão necessário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Sr. Prefeito. O Sr. Luiz Fernando Záchia, secretário da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU, está com a palavra.

SR. LUIZ FERNANDO ZÁCHIA: Primeiro, quero saudar o Presidente da Casa; todos os vereadores; de uma maneira muito especial, o prefeito Sebastião Melo; todos os companheiros de governo que aqui estão. Todos nós somos cientes da importância desta matéria. Quero dizer, Presidente Márcio, que para mim é uma honra, por dez anos fui vereador desta Casa, presidi esta Casa em 2001, certamente é um prazer o retorno. Mas a matéria, como bem disse o prefeito Sebastião Melo, é uma matéria de absoluta importância, porque nós estamos em uma equação de termos a

convicção de equacionar a situação de uma tarifa que tem um preço extremamente defasado de uma realidade, mas, à medida que se aproxima dessa realidade, ela é absolutamente inconcebível para a sociedade.

Eu queria trazer um pequeno histórico para que os senhores e as senhoras possam ver com clareza a situação do transporte coletivo. Essa licitação é de 2014/2015: ela começou a ser construída em 2014, foi feita em 2015. Nós temos que entender que o cenário, quando da construção dessa licitação, era o de 2014 e 2015, era uma outra situação econômica no Brasil, não existiam aplicativos, não existiam pandemias. Havia um decréscimo natural anual de 2% em uma demanda; mas não se imaginava que essa queda seria tão brusca em quatro anos. Os custos em 2015 eram os mesmos – ônibus, pneus, pessoal –, só que a demanda foi decrescendo muito rapidamente em três anos. Lá quando foi feita a licitação, quais eram os princípios da construção dessa licitação? Mais qualidade no serviço para atrair novos usuários – já se tinha a leitura de que havia um decréscimo de 2% a 3% ao ano; mais conforto para o usuário – se estipulou quatro passageiros por metro quadrado, sendo que a média no Brasil é seis, mas Porto Alegre colocou quatro para gerar esse conforto, para gerar esse atrativo para a população; objetivo de colocar em 100% dos ônibus ar-condicionado, o que, sem dúvida alguma, tem um encarecimento na renovação da frota e tem um encarecimento na tarifa, porque é um consumo de 20% a mais no *diesel*. E tinha diversos indicadores de qualidade, que era aquilo que permeava a licitação.

Em 2015, quando feita a licitação, a referência do edital era de 1.712 ônibus. Vamos fazer um comparativo com o ano de 2019, portanto, um ano antes da pandemia. Em 2019, são 1.518 ônibus – houve um decréscimo de 11,3% na frota. Havia, na referência do edital, a expectativa de circular por 10 milhões de quilômetros por mês. Na verdade, em 2019, circularam por 8,649 milhões de quilômetros; demonstrando uma diminuição de 13%. A frota foi menor, e a circulação dessa frota na cidade também decresceu 13% em quatro anos, de 2015 a 2019. Isto é importante, eu quero ressaltar: nós estamos falando pré-pandemia, não havia ainda pandemia, mas já mostrava um quadro diferente daquele que foi projetado, daquele que foi licitado em 2015. Lá na referência do edital, havia a necessidade de aproximadamente 18 milhões de passageiros por mês. Na verdade, foram 13,647 milhões de passageiros – um decréscimo de 24%. De 2015 a 2019, diminuiu em 24%, um quarto, o número de usuários. A demanda diminuiu 24%. Os investimentos realizados – compras de ônibus, etc. – foram realizados numa expectativa de 18 milhões, mas, na verdade, usavam 16,5 milhões. Essa redução de passageiros e as suas causas, até 2014, o que existia? Como disse o prefeito Melo, até 2014, 2015, quando da licitação, havia um decréscimo de 2% ao ano do sistema; começaram a surgir facilidades tecnológicas no cotidiano das pessoas, cada vez mais mudando os hábitos da sociedade; o Plano Real, que foi uma realidade na questão dos custos; redução de impostos para veículos individuais. Havia um estímulo, por parte de políticas governamentais, incentivando cada vez mais a compra de carros populares, gerando, evidentemente, a diminuição dos usuários.

De 2014 até 2019, 24% da referência do edital: aquele decréscimo que nós falamos, crise econômica, os aplicativos surgindo e a crise na segurança pública. Quais

ações foram realizadas? Isso feito antes da pandemia. Extinção escalonada dos idosos de 60 a 64 anos; volta da cobrança de 50% na integração – vamos lembrar que esse era o quadro anterior, depois se isentou a segunda passagem, depois se retomou a cobrança de 50%, porque já estava sinalizado que havia um descompasso na questão de receita e na questão de custo; racionalização do sistema, trabalhando todas as linhas. Foram construídas 37,9 faixas exclusivas e 56,3 quilômetros de corredores, totalizando, entre faixas azuis e corredores, 94 quilômetros, isso para dar mais velocidade e menos consumo de combustível. Como se calcula essa tarifa? Eu acho que é importante que nós possamos ter isso em mente. Custo da frota, combustível, pessoal e pneus – isso é basicamente o que demanda o cálculo da tarifa. Custo da frota é um custo fixo; nós temos o combustível *diesel*, que é variável, porque depende do consumo e da rodagem dos ônibus; pessoal representa 50% da tarifa; e pneus. Dividimos isso por passageiro pagante. Eu tenho o custo, eu divido por quantas pessoas utilizam o sistema por dia e por mês.

Proposta da tarifa realizada em construção com todos os atores desse processo: usar sempre como base o ano de 2019, que é o ano antes da pandemia. Eu insisto muito nisso, porque, na composição oficial da tarifa, se utiliza o ano anterior. Agora, para estipularmos a tarifa de 2021, se nós usássemos o ano de 2020, daria uma tarifa impagável, porque os custos são elevados e a demanda foi baixíssima, então, em um acordo entre governo e operadoras, pegou-se o ano de 2019, antes da pandemia, que me parece que há uma justiça maior. Manutenção de salários, isto é importante que se ressalte: a participação dos rodoviários e a compreensão dos rodoviários, que, por dois anos, não estão tendo aumentos de salários, para que se mantenha o mesmo nível salarial – proposta feita pelos próprios rodoviários e encaminhada para as empresas. Fator de utilização da tarifa de 2020: o número de funcionários por ônibus dá uma média de 2,6; mantém-se essa média para o cálculo da tarifa de 2021. Frota quantitativa: tarifa de 2020, com redução de 20% sobre frota do atual sistema. Quer dizer, se reduz a utilização de 20% daquela frota estipulada para 2019, se tinha lá a estipulação de “x” número de ônibus, é “x” menos 20% para que se possa, a partir de agora – em cima de uma demanda que é, mais ou menos, 50% da demanda de 2019 –, cobrir essa demanda. Quilômetros equivalentes da tarifa de 2020 – redução de 20% de todo o sistema. Hoje, a tarifa técnica seria de R\$ 5,20. Essa é uma tarifa calculada pela EPTC, que pega os custos e divide pela demanda, resultando em R\$ 5,20. Quer dizer, tem que se ter a necessidade de equilibrar os custos por essa complementação financeira. E aí está a grande discussão: como vamos fazer para que numa tarifa de R\$ 4,55, que deveria ser de R\$ 5,20 - então, nós estamos falando em R\$ 0,65 de diferença -, como se equaciona isso para haver o equilíbrio do sistema? A composição dos custos... É importante a gente lembrar e frisar aqui que no ano passado a tarifa era R\$ 4,70; numa decisão no mês de outubro, próximo ao processo eleitoral, essa tarifa foi reduzida para R\$ 4,55. Na verdade, a tarifa técnica já era R\$ 4,70, mas houve uma redução para R\$ 4,55 na questão dos 3% que a EPTC, que já não estava recebendo, abriu oficialmente mão de receber. Então, não tem aumento em 2019, 2020. Ao contrário, houve um decréscimo de R\$ 4,70 para R\$ 4,55. Importante dizer assim, na composição de custos, 49% são

mão de obra - é salário. Quando nos falarmos aqui, e o prefeito Sebastião Melo já acenava nessa discussão da questão dos cobradores para que os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras possam compreender a importância disso, 49% do custo da tarifa são de pessoal – isso é imexível. Claro que quando tu reduz a circulação em 20%, o sistema, há evidentemente a discussão de uma diminuição de 20% equivalente na mão de obra, mas hoje 50%, a metade do custo é salário. Fatores que influenciam na tarifa: a nossa mão de obra, pois a nossa média salarial é a segunda maior do País. Em todas as tarifas das capitais e das grandes cidades, Porto Alegre tem a segunda maior média salarial do Brasil – essa diferença impacta na tarifa em R\$ 0,40.

As isenções, o que também foi falado já pelo prefeito Sebastião Melo, a média no Brasil é de 22%; Porto Alegre é a mais alta de todas as capitais e de todas as grandes cidades, com uma média de 30%. São 285 mil pagantes hoje e 124,5 mil isentos. Então, o sistema que está rodando está com 370 mil usuários por dia, 285 mil pagam a tarifa e 124,5 mil não pagam. Nós temos que ver com clareza que existem de 200 a 250 mil pessoas que dependem única e exclusivamente dos ônibus, eles não têm condições de ter outro meio de transporte, eles não têm condições de pagar lotação, eles não têm condições de pagar aplicativo, não têm condições de pagar táxi e muito menos de ter o seu carro – eles necessitam unicamente do transporte coletivo. Se não existisse o transporte coletivo, essas pessoas estariam se deslocando a pé, eles não teriam recursos para pagar qualquer outro modal do sistema de transportes. Então, nós estamos diante de um sistema no qual as pessoas que precisam, os pobres estão quase que bancando um terço da composição da tarifa para as pessoas que têm condições, como disse o prefeito Melo. As pessoas estão isentas por diversas razões, e eu acho que essas revisões, certamente, a Casa terá condição de ajudar para que se construa, para que se possa fazer essas revisões.

Ar-condicionado - é a segunda maior frota do País que tem ar-condicionado, isso representa 20% a mais do consumo de *diesel* e isso impacta em R\$ 0,15, juntamente com a suspensão de ar, que são os motores traseiros nos ônibus, isso impacta em R\$ 0,15 na passagem, na tarifa. A pergunta é: há necessidade, neste momento, de ter ar-condicionado? Há necessidade de a frota, quando for renovada, de ter os motores na parte traseira do ônibus, que há uma alegação que isso dá uma estabilidade melhor, etc., quando a maioria das grandes cidades do Brasil tem motor na frente funcionando bem? Isso tem impacto na tarifa. Isso é uma discussão que tem que ser feita. Ah, se nós estivéssemos no mundo ideal é claro que é importante ter ar-condicionado, claro que é importante ônibus com maior conforto, etc., mas pagaríamos hoje uma tarifa técnica de R\$ 5,20.

Na questão que hoje as grandes cidades mantêm a participação nas tarifas com subsídios, por exemplo, em São Paulo, o valor sem subsídio da tarifa seria R\$ 7,33; hoje, como é subsidiado, é R\$ 4,40. O subsídio da Prefeitura de São Paulo no ano passado foi de R\$ 3 bilhões, fazendo com que haja uma diferença de R\$ 3,00 no valor real da tarifa e no valor praticado, pelo subsídio. Se nós citarmos Curitiba, que é uma cidade muito parecida, muito semelhante com Porto Alegre, o subsídio no sistema foi de R\$ 90 milhões no ano passado. O valor sem subsídio da tarifa em Curitiba seria R\$

5,22; ela hoje é de R\$ 4,50, porque R\$ 0,72 é subsidiado pelo governo municipal. O que já foi feito para que o impacto fosse diminuído no valor da tarifa? Racionalização das linhas, gerando uma diminuição de R\$ 0,49 na tarifa; redução no desconto da segunda passagem, R\$ 0,25; adequação dos idosos à legislação federal, R\$ 0,06; isenção do ISS, R\$ 0,15; extinção do custo da gestão da EPTC, mais R\$ 0,15.

A segurança e a confiabilidade – hoje tem reconhecimento facial de 100% na frota, que essa é uma... (Problemas na conexão.) ...da licitação, ações de inteligência e integração, segurança, queda de 78% nos assaltos de ônibus, menor número nos últimos 15 anos. Em 2016, foram 915 ocorrências; e no ano de 2019, 194 ocorrências.

Na verdade, já encerrando, Sr. Presidente, eu quis fazer aqui um relato técnico para mostrar o que impacta na tarifa, por que se chega a uma tarifa técnica hoje de R\$ 5,20. Há uma concordância de todos nós que ela é absolutamente impraticável, mas nós estamos diante de uma realidade no quadro. Parece-me que uma das alternativas que nós estamos construindo, digo o governo junto com as operadoras, é que se possa criar um hiato de 90 dias e que, nesses 90 dias, possamos - todos os envolvidos - fazer uma reavaliação do sistema. O sistema tem que ser enfrentado, o sistema tem que ser equacionado, porque, senão, vai se estar sempre discutindo isso, cada vez mais, absolutamente inviabilizando o processo e perdendo a qualidade do serviço. Nós queremos manter a qualidade; nós queremos melhorar dentro do possível a qualidade; nós queremos manter o melhor atendimento possível à sociedade, mas dentro de uma outra realidade de análise do sistema. Então, nós temos que fazer essa avaliação na questão de isenções, na questão de cobradores, na questão de readequação de frota, na questão de reestudo de linhas, nós temos que fazer com que seja viabilizado. É isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, secretário. Apenas para uma questão de organização aqui da cronologia dos temas, tendo em vista que a disposição do prefeito também é conversar um pouquinho sobre a questão da Covid. Nós temos inscritos na pauta da mobilidade urbana e também na pauta da saúde. Depois, temos as inscrições de vereadores para falar em liderança. Então, pessoal, eu acho que nós poderíamos fazer as dez intervenções sobre transporte público, daí o secretário Záchia responde as dez; depois as lideranças, quando forem falar, falam sobre transporte e falam sobre a Covid, porque nós só temos um tempo de liderança por partido. Depois, falam os inscritos na questão de saúde; ao final, o prefeito faz uma fala sobre a saúde. Pode ser assim, prefeito?

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Queria fazer uma sugestão. O prefeito certamente está exacerbado de coisas para fazer. Quem sabe, o prefeito fala antes – acho que o secretário Záchia está sugerindo isso –, o prefeito falaria sobre saúde para, depois, podermos deliberar.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não sei se não vamos misturar muito os temas.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Tenho um acordo aqui com o nobre líder do governo, na medida em que o Záchia tem tempo para ficar conosco aqui à tarde, o prefeito deve ter seus compromissos mais urgentes, mas sempre lembrando que, embora reduza o tempo de cinco para três, que todos possam falar independentemente se está inscrito na pauta de dez ou em liderança nas duas pautas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): São dez inscrições por assunto e mais as lideranças. Quanto às falas, eu vou avisar o pessoal nos quatro minutos para encerrar nos cinco minutos, porque, senão, o pessoal aqui se estende. Os cinco minutos são só proforma, geralmente o pessoal passa um pouquinho do tempo; senão, nós vamos avançar muito no horário. Só peço para que o pessoal fique dentro do tempo.

SR. SEBASTIÃO MELO: Vocês sabem que, no dia de hoje, eu tive que fazer uma reviravolta na agenda, mas, mesmo assim, eu mantive a agenda com a Ver.^a Bruna, o Ver. Mauro Zacher, então, eu vou pedir desculpas aos vereadores. Estou recomendando ao secretário para atender, junto com o vice-prefeito, vocês, que vão compreender, para que eu possa permanecer mais um pouco. Então, quero fazer essa justificativa. E aí fico um pouco mais. Agora, quando vocês puderem me liberar, eu até pedi um lanche para fazer aqui, porque eu não consegui almoçar ainda, porque a corrida está forte desde manhã.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Então, vamos inverter a pauta, vamos atender a sugestão do líder do governo e do líder da oposição. O prefeito agora fala sobre saúde. Invertemos a pauta, primeiro, os dez inscritos na saúde; depois, as lideranças.

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bom, então, fica o registro.

Temos quatro trabalhadores da área da saúde que estão acompanhando a sessão.

O Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. SEBASTIÃO MELO: Eu sou um parlamentarista convicto e aqui eu me vejo sendo não o prefeito, mas o 1º ministro da cidade, dialogando com o Parlamento e o Parlamento trazendo as suas sugestões, as suas críticas, legítimas, para a gente encontrar soluções.

Primeiro, dizer que o momento em que nós estamos vivendo é grave, requer de todos nós muita responsabilidade, muito equilíbrio sobre essa questão da Covid-19.

No início do nosso governo, aliás, antes de tomar posse, eu defendi que Porto Alegre pudesse ter uma bandeira própria sobre a Covid-19, pela complexidade e pela capilaridade que tem a cidade, da sua rede pública conveniada, parceirada - Santa Casa, Clínicas e Conceição. Então, eu pensava que a cidade pudesse ter a sua própria bandeira. Começamos a discutir esse assunto dentro do governo, depois eu falei com o governador, e, depois de algumas conversas, chegamos à conclusão de que o caminho de dividir as responsabilidades era fazer a cogestão. E o que é a cogestão? É você ajudar a decidir sobre os temas nas suas cidades - falo resumidamente para o povo entender -, ou seja, não deixar o governador decidir sozinho, o prefeito decidir sozinho e dividir responsabilidades. Nesse sentido, nós procuramos o prefeito de Viamão, o de Alvorada, o de Gravataí, o de Cachoeirinha, o de Glorinha, que formam a cogestão conosco, e, no dia 11, lá no Paço Municipal, pela manhã, era um sábado, assinamos a cogestão enquanto estávamos com a bandeira vermelha, passamos a operar na bandeira laranja, o que está acontecendo até exatamente hoje no final da tarde, num processo de cogestão. Na sexta-feira, quando o governador, anunciou o decreto, que eu não chamaria de toque de recolher porque não é toque de recolher, determinando que o comércio do Rio Grande inteiro fosse fechado a partir das 22h, nós chamamos uma reunião, eu lembro que eu estava numa visita no Pontal do Estaleiro, suspendi a reunião, voltamos ao Paço, nos reunimos e, dentro de 15, 20 minutos de conversa, nós tomamos algumas decisões. A primeira delas é que nós havíamos programado, e vocês tinham ajudado muito nisso, aprovando aqui a contratação dos 1.200 trabalhadores na educação, para poder ter merenda, ter limpeza, pela reabertura da nossa rede municipal no dia de hoje, às 8h da manhã. Inclusive a minha primeira agenda era numa escola. Nós, como um gesto de solidariedade ao governador, suspendemos as aulas, mesmo que eu ache um profundo equívoco as escolas não estarem funcionando, especialmente a educação infantil. Acho um profundo equívoco que, mesmo que estejamos na bandeira vermelha, as nossas escolas estejam fechadas, pois é um espaço de acolhimento muito melhor para as crianças que estão lá na ponta.

Segundo, dissemos ao governador que nós já estávamos acompanhando, desde o dia primeiro, seja no Campo da Tuca, na Padre Chagas, na Lima e Silva, na República, as aglomerações e temos agido de forma democrática, pedindo às pessoas para dispensarem e, às vezes, quando não dispersam, a guarda ou a brigada têm que apertar mais um pouco para mostrar que os bons não podem pagar pelos maus. Nós não temos nenhum dado científico, hoje, que nos diga que o comércio aberto da padaria, do mercado, da ferragem, da loja, que fazem o distanciamento social, o uso da máscara, do gel, seja o causador do aumento da Covid-19. Mas também não há nenhum infectologista que diga para todos nós, neste momento, que é apenas a nova cepa, que é o carnaval ou a praia. A nova cepa transmite mais para os jovens, ela tem mais velocidade, ela é mais feroz? Nesse tema, todos somos alunos. Ninguém é professor. Tem alguns generalistas que se tornaram especialistas nessa matéria, mas, como eu tenho opinião, disse ao governador, no sábado, depois de chegar à Prefeitura às 7h da

manhã, depois de me reunir com o setor empresarial, com 40 entidades, que participaram da reunião... As 40 entidades, as redes de creches, o Sinepe, assim como outras entidades externaram um documento - acho que todos vocês acessaram ele, porque ele é público -, dizendo que a cogestão é a maneira responsável de nós encontrarmos soluções. Eu quero dizer para vocês que a cogestão, inclusive, pode levar ao fechamento da cidade, se o prefeito, se a Câmara, se os setores entenderem assim, mas, nós, de Porto Alegre, fomos eleitos para sermos responsáveis por tudo o que acontece nesta cidade e nós não vamos abrir mão disso. Eu não estou dizendo que nós não podemos restringir mais, o que eu estou dizendo é que a cogestão me permite que eu tenha opinião, como prefeito escolhido, eleito pelo povo de Porto Alegre, assim como ocorreu com esta Casa. Então, levei ao governador a posição da Granpal, elaborada juntamente com a maioria dos prefeitos, já que a Granpal é a minha associação - aliás tenho reunião hoje, lá, às 19h, sobre educação e outros temas. Das 27 entidades que representam o Rio Grande, 22 disseram que querem a cogestão. Então, não é mais só o prefeito de Porto Alegre, porque os outros prefeitos também querem dividir responsabilidades, porque sabem da responsabilidade que têm e não vão brigar com isso. O que nós fizemos da semana passada para cá? Nós chegamos a nos reunir duas vezes por dia, porque pelo WhatsApp não tem hora e não tem local. Na semana passada, fomos ao Hospital Porto Alegre e hoje nós já estamos contratualizados com o hospital. Nós vamos ter ali mais 10 ou 12 leitos de UTIs, para a Covid-19, e teremos 60 leitos clínicos. No final de semana, trabalhamos muito, com o Procurador-Geral, que está na Mesa, trabalhamos até às 14h, lá na Prefeitura, e, nas nossas conversas chegamos à conclusão que nós deveríamos fazer uma requisição administrativa do Hospital Beneficência Portuguesa. O que é isso? É um ato discricionário do gestor que diz que está em estado de emergência, que requisita os equipamentos, que paga por eles, mas não reconhece as dívidas anteriores. Então, faremos requisição para o Hospital Beneficência Portuguesa e vamos abrir mais leitos lá. Hoje estivemos no Parque Belém, com a Ver.^a Nádia, Ver.^a Lourdes, Ver.^a Daiana, Ver. Oliboni, Ver. Jessé, com o deputado Thiago, com a deputada Zilá, secretários, e tivemos uma longa conversa. Determinamos que, se fosse feita uma comissão técnica da Prefeitura, do governo do Estado, com o acompanhamento das comissões, e, se tiver condições de requisitar aquele hospital, faremos isso. Amanhã vou me encontrar com o ministro Pazuello e vou levar a ele tudo isso que estou dizendo aqui, pois nós precisamos de parceria, de ajuda na nossa cidade. E aqui eu queria fazer uma sugestão à Câmara de Vereadores: acho importante que a Comissão de Saúde visite o hospital Álvaro Alvim. E pergunto por que está fechado o Hospital de Clínicas? Por que o 6º andar do Hospital de Clínicas também está fechado, se há a possibilidade de 60 leitos abrirem lá? Eu acho que está na hora de nós nos juntarmos. Não é hora de disputa ideológica sobre essa questão; nunca foi, muito menos agora.

Então, da nossa parte, vocês fiquem tranquilos, e eu estou aqui para responder todas as questões. Vamos aumentar os testes, quanto à vacina, estamos na casa de 120 mil vacinas, sendo que 22 mil já estão destinadas para a 2ª dose da vacina, estamos terminando, dos 83anos, e ainda de manhã tinha 3, 4 mil vacinas, ou seja, a

cidade está preparadíssima. Quero agradecer o Exército brasileiro, as universidades, os parceiros conveniados. A nossa questão é ter vacina. E quero dizer que não tomamos a decisão, mas vou dizer aqui o que nós estamos trabalhando nos finais de semana. Talvez, eu mande para esta Casa um pedido de autorização para comprarmos as vacinas. Talvez faça isso. Eu estou analisando, não há orçamento, mas eu sei que, se for necessário cortar qualquer outra coisa, vocês serão parceiros, o que vai ajudar a explicar a nossa situação à sociedade. Eu creio que o Brasil tem dinheiro, tem disponibilidade, mas não adianta jogar para a plateia que vamos comprar vacina, se não houver vacina. É fácil dizer que vou comprar vacina, mas e se não tem vacina? E acho que na reunião de hoje com a nossa Granpal, eu sempre disse e vou voltar a dizer: se tivermos que fazer, temos que fazer um consórcio metropolitano, que envolva Canoas, Guaíba, Eldorado, Gravataí, e assim fazer um volume de compras através da Granpal; penso até que não deveria, por meio de medida provisória até poderia fazer, mas não tem disposição orçamentária. Então, juntamente com o secretário da Fazenda, o secretário Cassio, que está coordenado isso desde de manhã, nós estamos analisando todas as hipóteses e, se for o caso, eu queria pedir urgência, a Câmara poderia se reunir em sessão extraordinária. Então, se for possível, eu estou dizendo “se for possível”! Eu não estou convencido que tenha vacina para ser comprada, mas eu não quero uma voz que diga que eu não comprei vacina e tinha que ter comprado. E acredito que os vereadores também vão perguntar de onde vamos tirar o dinheiro, porque nós temos 300 milhões de déficit do Fundeb. Os senhores congressistas votam pensando no Brasil, mas não votam pensando nas prefeituras. Os aposentados não podem mais ser pagos com o dinheiro do Fundeb, Srs. Vereadores, já que temos 300 milhões de déficit. Os senhores vereadores sabem disso, os senhores votaram o orçamento aqui e viram que temos 300 milhões de déficit no Fundeb. Assim como os senhores sabem também que o orçamento voltou para Prefeitura e teve que ser feito um rearranjo aqui. E não tem como não dizer que a previdência dos municipais custa 3 milhões e meio por dia aos cofres da Prefeitura, da repartição simples, e isso pesa também no orçamento na Prefeitura. Então, nós temos que discutir essa questão, pois aqui é o espaço garantido para essa discussão, porque dinheiro não dá em árvore.

E, por final, eu quero falar sobre o IMESF. Eu vou receber vocês, eu já disse isso, mas nós estamos analisando. Este prefeito, daquela tribuna, foi o que mais defendeu a criação do IMESF. Eu fui à tribuna dez vezes para defender o IMESF. Foi a irresponsabilidade que acabou com o IMESF, porque estava dando muito certo, muito bem, muito obrigado! Havia 80 equipes de saúde, agora, eu não posso manter os contratados da Santa Casa, do Divina Providência, do Vila Nova, e ainda ter dinheiro para contratar. Eu tenho que resolver isso. Agora, eu crio uma nova entidade...

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos garantir a palavra do prefeito, por gentileza. Estamos no meio da fala do prefeito.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, nós, todos os vereadores do colégio de líderes, concordamos em ter sessões presenciais com os devidos cuidados, com as devidas cautelas, mas hoje fomos surpreendidos com pessoas que são estranhas a esta Casa e que não sei por que estavam autorizadas. Eu estou me referindo, primeiramente, aos convidados do Ceitec e agora nós temos no plenário pessoas que não são vereadores e nem assessorias que se manifestam no plenário. Então, como uma das lideranças desta Casa... E acho que todos nós nos preocupamos com isonomia e também com a segurança de todos, aqui são vereadores, assessores e equipe de imprensa que podem ficar aqui, e isso não pode ficar assim. Ou temos uma regra clara que funcione para todos, ou nós voltamos para as sessões virtuais, porque isso, desculpem, não é o que ao colégio de líderes acordou e que a Câmara colocou em vigência. Muito obrigado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, o prefeito sabe a situação que nós estamos vivendo...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Se o senhor vai encaminhar uma questão de ordem, o senhor encaminhe uma questão de ordem, vereador.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Eu queria dizer para o Camozzato que não são pessoas estranhas. Vamos nos respeitar. São cidadãos...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, vereador. Se o senhor tem uma questão de ordem...

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Não são pessoas estranhas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Infelizmente, nós tivemos um prejuízo na fala do prefeito. Questões de ordem somente comigo aqui na Mesa.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O senhor pode vir aqui, vereador, o senhor pode falar comigo quando for uma questão de ordem.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não é assim, vereador. Para questões de ordem, o encaminhamento deve ser feito aqui na Mesa.

Nós vamos fazer o encaminhamento das inscrições e vamos aproveitar a presença do prefeito... (Pausa.) Só para esclarecimento. Foi aceito o encaminhamento... Ver.^a Karen, por gentileza.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos tentar manter a ordem na sessão, por gentileza. (Pausa.) O encaminhamento, Ver. Matheus Gomes, o seu encaminhamento e da Ver.^a Karen, da questão de ordem para o prefeito receber os trabalhadores do IMESF na presença dos vereadores foi acolhido. A questão de encaminhamento, que não é uma questão de ordem, mas uma questão de encaminhamento, está acolhida pelo prefeito. Depois, com a presença dos vereadores, um por bancada, o prefeito vai receber o pessoal do IMESF. Agora nós vamos fazer as inscrições para tempo a respeito da manifestação do prefeito sobre a Covid.

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, na verdade, eu queria falar um pouquinho sobre o transporte público. Só me responda se o secretário Záchia permanece conosco, ou o debate sobre o transporte público será um pouco mais tarde.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O debate permanece, mas inscrição em liderança é uma só por bancada durante a sessão. Podemos deixar a sua intervenção para um segundo momento, vereador.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Obrigado, Presidente, pelo reforço da informação, mas, se o prefeito Melo vai sair, e o secretário Záchia vai permanecer, eu prefiro falar, porque a minha questão sobre a saúde...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O prefeito vai nos acompanhar durante toda a sessão, vereador.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): E o secretário Záchia permanece?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Também, está aqui também.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Está bem, então vamos falar um pouquinho sobre transporte. As manifestações já foram feitas por mim saudando os convidados que estão aqui conosco, mas eu aproveito a manifestação última do prefeito para dizer que nós queremos sim cogestão. Acho fundamental que o prefeito tenha uma interação forte, decisiva nos encaminhamentos da nossa cidade, assim como peço que essa cogestão também inclua a Câmara, para que nós possamos contribuir com as nossas sugestões, com aquilo que nós escutamos e enxergamos todos os dias dessas comunidades que vêm à Câmara, seja presencial ou de maneira remota, mas estamos em contato diretamente. Essa cogestão é para todos nós. Eu senti muita falta no ano passado, quando o prefeito anterior não possibilitou à Câmara dar a sua contribuição.

Acho que a cogestão não é apenas para o prefeito, mas para todos nós. Nós queremos muito contribuir ao longo desse grande desafio que a cidade se coloca com o crescimento da pandemia. Nós temos que unir forças para poder enfrentar, salvando vidas e salvando, também, a economia da cidade, que é essencial e fundamental para que nós possamos retomar a vida normal.

Aproveito a vinda do secretário Záchia, que já estava marcada anteriormente, extremamente urgente e necessária, para que a gente venha fazer esse debate sobre transporte público, que se arrasta ao longo dos últimos anos. Na verdade, o que nós temos não é apenas a diminuição de pessoas que optaram por outros modais, essencialmente, com a chegada dos aplicativos, o que cresce diariamente na nossa cidade muito em cima do grande desemprego que nós vivemos. Muitas pessoas se socorreram dos aplicativos como uma forma de renda. Isso, sem dúvida, secretário, traz um novo desafio a todos nós, há um desequilíbrio aí... (Problemas na conexão.) ...de oferta de transporte na cidade. Ao cidadão traz um benefício, porque as pessoas usam o aplicativo de maneira mais barata, mas, sobretudo, trouxe um desequilíbrio ao nosso transporte público, que já há muitos anos não é um transporte público que a gente possa reconhecer como de qualidade, vem perdendo qualidade ao longo dos anos. Esse desequilíbrio, em algum momento, nós temos que repensá-lo, e eu acho que é o momento ideal, porque está novamente recaindo sobre o preço da tarifa, que deve ser definido nos próximos dias pela Prefeitura. Eu acho que o tema é importante, mas eu acho que nós temos que tratar a questão do transporte público não apenas como uma questão a curto prazo, em que nós iremos olhar para a tabela dos custos e definir algo que possa ser equacionável ou ser sustentável sob o ponto de vista do contribuinte, do usuário poder pagar. Nós temos que pensar a curto prazo sim, nós temos uma demanda fundamental, mas nós temos que pensar a longo prazo, o que inclui também o planejamento urbano. Nós temos uma questão a ser decidida. A cidade decidiu por usar as regiões mais periféricas investindo fortemente em habitação, o que fez com que a maior parte dos usuários de transporte público migrassem para as periferias. Isso propiciou um aumento de custos. Por isso, eu sugiro não só a questão do transporte público, mas a questão da habitação, a questão do planejamento urbano; é fundamental que sejam colocadas nessa discussão. Teremos que tomar decisões a curto prazo para salvar o sistema de transporte? *O.k.*, nós estamos dispostos a discutir, a encontrar caminhos, pontes, para que possamos equacionar e para que não fique carregado, principalmente, o usuário, que paga a tarifa no dia a dia, nem a Prefeitura, que não terá condições de arcar com subsídios para o transporte público. Essa transparência, essa capacidade de olhar como um todo o transporte público é fundamental, e é por isso que eu quero nos colocar à disposição para esse debate. Nós já enfrentamos temas como a questão dos cobradores de ônibus, que foi rejeitada pela Casa, e eu acho muito difícil que a Casa venha a retomar esse assunto, ou rever esse assunto, acho muito pouco provável que tenha a maioria.

Então, secretário, eu quero colocar à disposição, esse tema eu sei que está sobre os seus ombros na urgência de resolver a curto prazo. Mas a questão do transporte público só será equacionada se nós tivermos projetos que possam oferecer um

transporte público de qualidade, uma tarifa que seja sustentável, que o usuário seja capaz de pagar, que seja condizente com o momento que nós vivemos. Nós queremos sim discutir transporte público, mas nós queremos discutir a qualidade do transporte público, o futuro que nós possamos oferecer. Uma cidade proposta ao turismo, uma cidade que quer se desenvolver tem que oferecer transporte público de qualidade. E isso não diz respeito ao preço da tarifa somente, mas também à qualidade que oferece ao seu usuário. Por isso eu me coloco à disposição nesse debate, que é urgente e atual para o momento da cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Mauro Zacher. O Ver. Leonel Radde está com a palavra, no tema Covid-19.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, prefeito, secretário, colegas vereadores e vereadoras. Hoje é um dia muito difícil acho que para todos os porto-alegrenses. Nós temos um dado alarmante que é a informação de que estão faltando 105 leitos de UTI, um momento de explosão da pandemia da Covid-19. Ou seja, no dia de hoje, 105 pessoas estão sem leitos de UTI. Por mais que a Prefeitura abra leitos, e está se movimentando para abrir, e encontre profissionais para colocar nesses espaços, equipamentos para colocar nesses espaços, nós sabemos que isso não vai ser suficiente. Nós não chegamos no pico, que todos os especialistas estão informando que será na próxima sexta-feira, porque fecham dez dias da quarta-feira de cinzas, último dia de carnaval, quando boa parte da população de Porto Alegre se aglomerou no litoral, sem nenhum tipo de ação por parte dos prefeitos locais e sem nenhum tipo de ação por parte dos órgãos de segurança para evitar aglomerações. Os políticos estão tomando uma atitude populista para não perder os seus eleitores, não perder a simpatia do seu eleitorado, mas as pessoas estão pagando com a vida frente a essa postura negacionista, antivacina, a favor de *kits* que não funcionam contra essa doença. É bom que se diga que, por mais que a gente utilize os leitos de UTI como forma de controle da pandemia, de abertura ou fechamento de bandeiras, 25% das pessoas entubadas vêm a óbito até seis meses depois de serem entubadas. Essa é a triste realidade do País, um país que tem um presidente negacionista, que se atrasou em relação à vacina, negou a vacina até agora. Nós poderíamos já ter 160 milhões de doses de vacina, e esse negacionismo está levando ao óbito, agora de forma alarmante, dos porto-alegrenses. Nós entendemos que a bandeira preta é a medida necessária. Nós entendemos a necessidade do comércio, das escolas, mas não há como ponderar em relação às vidas. Hoje, se um porto-alegrense se infectar... A gente sabe, realmente, o prefeito tem razão, que não foi o comércio o responsável por essa onda que nós estamos vivendo, essa terceira onda, mas o dado posto é esse. Não adianta agora a gente ter uma visão como tínhamos lá em dezembro, novembro, outubro do ano passado. É outro momento, é outra cepa, é outra realidade, foram outras aglomerações, e é chocante que a gente não veja um empenho em frear. Tudo deveria estar fechado agora, desde

sábado. A Inglaterra fez um *lockdown* que reduziu em 80% o índice de contágio, ou seja, *lockdown* funciona, e nós estamos aqui debatendo abertura, flexibilizações, enquanto tem pessoas morrendo. Na UPA da Bom Jesus, nós temos 30 pessoas sem leito, sem atendimento. Nós não temos nenhuma previsão de vacinação, como bem falou o prefeito também. Então, nós não podemos flexibilizar. O secretário da Saúde do Estado já informou que, em breve, a gente vai colapsar de vez, mais do que a gente já está. A gente já tem hospitais que estão com 109% de índice de ocupação. Então não é momento de a gente discutir cogestão, não é momento de a gente debater flexibilizações; é momento de seriedade, como bem fala também o prefeito, um remédio amargo para salvar vidas. Caso contrário, em pouco tempo, a gente vai estar puxando pessoas da frente dos hospitais sem oxigênio, morrendo asfixiadas, como o Bolsonaro e o Pazuello fizeram lá em Manaus com a falta de oxigênio. Eu peço ponderação, eu peço cuidado. Nós temos um colega vereador que está saindo de uma CTI, assim como o seu assessor. Muita cabeça no lugar, e vamos trabalhar com seriedade, mesmo que isso traga algum desgaste. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras; de modo especial, nesta tarde, o nosso prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, que já foi vereador e Presidente da Casa; como também o presidente da EPTC, o Záchia, que está nos prestigiando e debatendo sobre o transporte público. Eu queria também agradecer, prefeito, pela sua sensibilidade em poder abrir a pauta aqui da saúde, porque no momento eu acredito que é a que mais nos preocupa, não só porque estamos num momento de colapso das vagas nas UTIs, da falta de testagem aos trabalhadores e aos cidadãos, da falta de vacina aos trabalhadores, aos que estão na linha de frente e aos cidadãos de Porto Alegre. Eu creio que todo o cuidado é fundamental, e algumas sugestões que podem chegar ao prefeito são de extrema importância: primeira, se decidirem, todos os vereadores da oposição, nós estamos dando *o. k.*, hoje, para a compra de vacinas. Não é justo que numa cidade onde tem 1,640 milhão de pessoas, se vacinem três mil e poucas por dia. E, na verdade, quando é que vai terminar essa vacina? Peço licença para tirar a máscara, para poder facilitar aqui a voz. Vamos levar mais de um ano para vacinar toda a população de Porto Alegre. Por que vacinarem apenas em 19 pontos da cidade, e não toda a rede da saúde, todos os postos de saúde? É porque não temos vacina? É porque está precarizado? É porque o governo anterior demitiu os servidores da atenção básica, como os trabalhadores do IMESF? Nós temos alternativa aqui, prefeito, V. Exa., inclusive, pediu para criar uma comissão especial, foi criada, ela apresentou um estudo que diz, sim, a frase que V. Exa. disse aqui: “Eu quero saber o que é mais barato e com mais qualidade”. Manter um sistema semelhante ao IMESF é mais barato, com maior

qualidade! Servidores que estão há mais de 20 anos na função e que merecem ser absorvidos, ou pelo projeto que está aqui, em cargos de extinção, ou pela criação de uma empresa pública, que também está aqui tramitando. Portanto, não vamos aqui polemizar, oposição e situação, nós queremos, com V. Exa., prefeito, encontrar uma saída que valorize aqueles que, na verdade, não deveriam ser demitidos e que estão dispostos a entrar amanhã, ponto.

Prefeito, nós percebemos, no dia a dia, infelizmente, nesses últimos dias, que as pessoas estão pedindo “pelo amor de Deus, eu quero ser atendido”. Os postos de saúde estão lotados, os prontos atendimentos superlotados, as emergências, alguns hospitais, nem funcionando estão, pediram para parar por 72 horas. E o sistema em si já está colapsado; não vai estar, está! Noventa e oito por cento; agora está mais de 100%! Onde vamos encontrar leitos? E aí nós dialogamos com V. Exa., e apoiamos a iniciativa. O governo federal tem, sim, que insistir com o Hospital de Clínicas e com o Conceição para abrir mais leitos, porque Porto Alegre abriga o Estado do Rio Grande do Sul, e aí nós temos acordo. Abriga o Estado todo do Rio Grande do Sul e muito mais. Mas onde está a função do Estado do Rio Grande do Sul para poder apoiar o Município, para abrir ou aportar mais recursos, porque o governo federal só investiu 7% do que foi liberado para o combate à Covid. E amanhã o senhor tem que dizer isso ao presidente ou ao ministro. Nós queremos o recurso a que temos direito para poder atender à população, para ter o direito à vida – essa é a grande sacada! Ou será que só o comércio ou a economia que tem interesse? Não, nós queremos a vida intercalada com a movimentação e o funcionamento do comércio, mas, em primeiro lugar, é a vida do cidadão. E a vida do cidadão, prefeito, está quando o senhor oferta a testagem aos trabalhadores e o atendimento àqueles que estão contraindo, ou com os sintomas do vírus e que não estão sendo atendidos no momento, nem mesmo com o tratamento adequado, muito menos com aquele distanciamento dos 14 dias. Por isso, a testagem e a vacina são fundamentais, porque à medida que eu faço a testagem, e o cidadão está com a Covid, ele precisa ser rastreado, monitorado, ele não pode continuar trabalhando, muito menos contaminando os demais cidadãos e cidadãs, mas ele precisa ter esse atendimento humano, e ele não está tendo. Nesse sentido, nós queremos que sejam recebidos aqui, prefeito, os trabalhadores do IMESF, o Júlio, que está aqui como presidente do sindicato do Centro de Saúde, e possa abrir o coração, numa atitude louvável, capaz de valorizar os trabalhadores e, principalmente, atender à população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Oliboni. A Ver.^a Laura Sito está com a palavra, no tema Covid-19.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, prefeito Sebastião Melo; fico feliz que possamos aqui acrescentar o tema da saúde, tão emergente o debate político aqui da nossa Câmara, na presença do prefeito. Fico

extremamente feliz, porque podemos ponderar questões que são fundamentais... (Problemas na conexão) ...primeiro, de Porto Alegre; segundo, os sindicatos dos hospitais de Porto Alegre, atinge quase 98% dos leitos de UTI ocupados na nossa cidade. A busca por flexibilizar as medidas, de fato, construiu ao longo do último período um pior momento nessa situação de enfrentamento à Covid. Portanto, nós aqui não estamos tratando, nas últimas semanas, de como Porto Alegre enfrentar a situação para não chegar num colapso, nós estamos debatendo, desde a última sexta-feira, como Porto Alegre se portará diante ao colapso existente do nosso sistema de saúde. É uma tentativa equivocada, e ela foi equivocada ao longo de 2020, e foi equivocada no início de 2021, onde alguns tentaram no debate público reeditar ideias como o *kit* Covid, entre outras barbáries, na minha compreensão, de tentar fazer uma disputa política em cima de algo que é extremamente nítido, que é a questão da construção de um aumento expressivo das contaminações e também das mortes, um cenário que atinge não só Porto Alegre, Rio Grande do Sul, mas como todo o Brasil. Portanto, nós resumimos os números que nós temos hoje às festas clandestinas, para mim, trata de uma total desonestidade intelectual. Nós estamos falando aqui da disseminação de um vírus, nós resumimos aqui às festas clandestinas, é, primeiro, o poder público municipal se desresponsabilizar pelos elementos reais, que constroem números tão tristes, tão assustadores da nossa Casa Legislativa, assim como da cidade. Segundo, é não lidar de frente...

(Problemas na conexão.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereadora, é a melhor a senhora desligar o vídeo e ficar somente com o áudio, para que possamos lhe ouvir melhor.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Desliguei o vídeo. Para encaminhar, Presidente, fico pensando aqui... (Problemas na conexão.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Infelizmente, está prejudicada a intervenção da vereadora, mas acredito que o prefeito conseguiu entender. Se a vereadora conseguir reestabelecer, depois ela volta com mais dois minutos.

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra, no tema Covid-19.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, prefeito Sebastião Melo, secretários, Presidente Márcio Bins, colegas vereadores e vereadoras, é difícil o nosso momento. Nós estivemos agora, no início da tarde, fazendo uma visita ao Parque Belém, que é uma alternativa, é mais uma busca para que nós consigamos obter mais leitos nesse momento tão difícil que nós estamos vivendo com a Covid-19. Nos faltam leitos de UTI e nos faltam outros leitos. Eu vejo a vontade e a determinação do prefeito em buscar alternativas, tanto que amanhã ele vai estar em Brasília, com o ministro da saúde, para tentar buscar mais alternativas, mais condições de melhorar esse

momento tão difícil da pandemia, que nós estamos vivendo. Ao mesmo tempo em que tudo isso acontece, que nós todos nos empenhamos para que nós tenhamos uma solução, eu recebo, como uma vereadora da saúde, muitas demandas diárias. Hoje mesmo, eu recebi com relação ao PACS, que o PACS da Cruzeiro está com falta de lençóis, está com falta de fraldas, as pessoas não estão sendo trocadas porque não têm os insumos necessários, e isso é um absurdo. Nós já estamos vivendo uma pandemia, que já é um problema grave, um problema sério, não pode faltar esse tipo de atendimento, e a gente tem trabalhadores exaustos. Estamos com o PACS, há mais um ano, sem gestão, sem diretoria, sem comando, levado como a maré quer que se leve, e não pode ser assim, nós estamos falando de saúde, estamos falando de vidas. Então, nós precisamos que a gestão, que o Município determine, que a Secretaria de Saúde encaminhe um gestor para o PACS, para que possa trabalhar aquele local. As UPAs não conseguem mais atender, as UPAs estão superlotadas, os profissionais estão cansados, como eu já disse. Os postos de saúde estão lotados, com pessoas com sintomas de Covid, ou seja, nós estamos num caos.

O vale-alimentação, e aí a gente fala dos imesfianos. No meio de toda essa pandemia, e de tudo isso que está acontecendo, lutei, luto e vou lutar, nós ainda não desistimos dessa luta do IMESF, o prefeito sabe disso, que eu sou defensora dos imesfianos. Enquanto existir um IMESF, nós vamos estar juntos, lutando por eles. Eles estão prontos para trabalhar. Se nós reabrimos o Parque Belém, quem vai trabalhar? As terceirizadas? Nós temos o IMESF, que pode nos ajudar e que não traz um custo para o Município, além do que o Município já tem. Os trabalhadores, os ACEs e os ACSs estão desde março sem vale-alimentação, isso representa 25% do salário desses trabalhadores. Pode ser pouco para alguns, mas para quem é trabalhador da saúde é muito, e precisa desse valor. Então nós precisamos trabalhar essa pauta também, prefeito, que é muito importante. Se eles vão continuar, porque a princípio os agentes comunitários vão continuar, eles precisam de vale-alimentação, e nós temos que resolver esse problema, seja ele jurídico ou como for.

Hospital Álvaro Alvim – hoje o senhor comentou na nossa visita, eu acho extremamente importante, que vai levar isso para o ministro, saiba que o senhor tem aqui uma vereadora que apoia, porque todas as opções que nós tenhamos para abrir novos leitos... E o Hospital de Clínicas, sendo federal, tem obrigação de fazer pelo Município, então conte conosco para o Álvaro Alvim também possa ceder seus leitos para a pandemia.

Eu ia falar tanto mais aqui, eu tenho para falar sobre a educação infantil, que eu acho que é extremamente importante, porque quando a gente fala de saúde, a gente fala de criança, e nós temos um projeto aprovado, da essencialidade, que, se nós continuarmos com a cogestão e com a bandeira vermelha, nós temos a opção de manter as escolas abertas e podendo absorver as crianças, porque a minha preocupação é muito grande com relação às crianças que não estão nas escolas. Lugar de criança, principalmente da educação infantil, é na escola.

Para concluir, eu queria falar um pouquinho sobre a mobilidade também. Nós sabemos que muitas linhas de ônibus foram retiradas e que neste momento é

importante, nós tínhamos avançado muito com relação ao valor das passagens, o prefeito tinha feito muitas conversas com o procurador, com o secretário Záchia, e nós regredimos, com esse aumento da pandemia, voltamos à estaca zero. Mas as pessoas, as comunidades e a população não podem ficar desassistidas nesse momento, com redução de linhas. Nós precisamos do distanciamento, não podemos aglomerar as pessoas. Como a gente faz esse milagre? Não sei, mas sei que a gente não pode manter as linhas reduzidas e as pessoas se aglomerando dentro do transporte público, neste momento, não podemos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra, no tema Covid-19.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores que nos assistem através da TVCâmara e nos ouvem pela Rádio Web, colegas vereadores, trabalhadores do IMESF, todos que nos escutam, boa tarde. O comércio e serviços de Porto Alegre, Sr. Prefeito, não vão suportar mais um fechamento. Não tem como! É impossível que sejam fechados o pequeno e o médio comércios, bares, restaurantes e lojas na cidade de Porto Alegre, isso será a quebraadeira geral. Os restaurantes estão trabalhando com 50% da sua capacidade de atendimento; reduziram o número de mesas, tiraram vários lugares – o frequentador dos bares e restaurantes de Porto Alegre sabe do que eu estou falando, assim como todos que nos assistem. Só que, desses 50% que foram retirados, as casas estão trabalhando com o máximo de 60%; trabalhando com 50%, poderiam manter ainda os seus custos, mantendo seus funcionários. Quando se fala em fechar o comércio e os serviços de Porto Alegre, nós temos que entender que essas empresas não terão e não têm nenhum aporte do governo, porque acabou o auxílio emergencial, acabou o acordo que as empresas faziam com o governo, quando as empresas pagavam uma porcentagem do salário dos trabalhadores, que contribuía com uma porcentagem, e o governo federal fazia a outra parte. Não foi feito isso. Tem um projeto no Senado e na Câmara para ser votado, várias mãos estão escrevendo isso. Hoje, se o comércio de Porto Alegre fechar, não terão como absorver essa mão de obra, serão milhares e milhares de pessoas desempregadas. Só das lojas de Porto Alegre, do comércio, nós estamos falando de em torno de 100 mil pessoas que devem conseguir absorver em torno de 30%; então estamos falando de 70 mil pessoas desempregadas em Porto Alegre, e essa é a realidade, pessoas que estão no seu limite, não aguentam mais um novo fechamento. Está difícil a situação, é temerosa. Eu já tive Covid, a minha esposa teve, a minha filha de três anos também; minha mãe está na UTI, internada há 90 dias; meu pai faz hemodiálise três vezes por semana no hospital Divina Providência, e ele vai sozinho, porque não é permitido acompanhante, mesmo tendo mais de 70 anos. Essa é a realidade de todos nós.

Só que a cidade recebeu uma boa quantidade de recursos para tratar da questão da Covid. No início de março, até maio, até junho fez um *lockdown*... A outra

gestão fez nada, nada! Não temos um leito a mais nos hospitais. Agora a sua gestão está indo atrás dos leitos de hospitais que nós necessitamos, uma intervenção para leitos de hospitais. O único movimento que a gestão passada fez foi ir lá no Parque Belém e tirar alguns instrumentos, algumas camas e aparelhos e levar para outro hospital, foi só isso. Nenhum leito a mais, nenhum hospital de campanha foi feito na cidade de Porto Alegre, nem um respirador foi comprado! Nada, nada, nada! Nada foi feito na gestão passada, e nós tivemos um prazo de quase 90 dias, quando todos os empreendedores de Porto Alegre, inclusive quem tem academia, salão de barbeiro e de cabeleireiro, manicure, pessoas que dependem do seu sustento para ir para casa, pessoas que trabalham como funileiro, pintor, encanador, que dependem do seu sustento para casa, estavam cadastrados para receber o auxílio emergencial, mas isso acabou.

Prefeito Melo, eu lhe faço um apelo: vamos lutar muito para que os empregos sejam garantidos na cidade de Porto Alegre. A vida é importantíssima, não estou falando que não. Agora, pelo amor de Deus, não vamos tapar o sol com a peneira! O que está sendo feito nos nossos litorais? O que acontece no avião, onde sentam seis pessoas uma do lado da outra? Com o sistema de transporte em Porto Alegre, como é? Depois nós voltaremos a falar no sistema de transporte, o Ver. Zacher trouxe vários dados, eu quero contrapor esses dados, porque ninguém ganha mais benefícios em Porto Alegre do que o sistema de transporte. Nós estamos com centenas de empresas fechadas, trabalhadores do transporte escolar sem trabalhar por um bom tempo, e pelo jeito vão continuar, uma série de atividades passando por dificuldades, e eles não vêm bater na porta do governo para pedir dinheiro, estão se virando. Nós temos de discutir essa questão; agora, essa questão da Covid, tem que ter simplesmente tolerância zero com as aglomerações, é isso que tem que acontecer, zero aglomerações. Seria isso por enquanto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra, no tema Covid-19.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, Presidente; boa tarde, Prefeito Sebastião e toda equipe do Executivo, todos e todas que nos assistem. Estamos hoje diante do pior momento da pandemia no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre. Eu queria rapidamente trazer aqui algumas manchetes das páginas dos principais jornais de Porto Alegre. Jornal Zero Hora: “Hospitais podem entrar em colapso nas regiões Metropolitanas, Vale e Centro-Oeste, indica comitê do governo do Rio Grande do Sul.” Notícia do Jornal do Comércio de Porto Alegre: “UTIs de Porto Alegre operam acima da capacidade.” Jornal Zero Hora novamente: “Hospitais de Porto Alegre operam com restrições no atendimento, ocupações de leito por pacientes com Covid também é alta na capital.” Eu lamento que a gente esteja fazendo esse debate hoje, à beira do colapso, porque, há três semanas, o secretário Mauro Sparta esteve aqui e no mesmo dia, Prefeito, ele fez uma declaração ao jornal Zero Hora dizendo que o

pior já tinha passado. Então nós temos um grave problema de construção de diagnóstico da pandemia. Na semana passada, a secretária de educação veio aqui e nos disse que só abrindo as escolas nós poderíamos saber se ia dar certo ou errado. E hoje nós estamos diante dessa situação que as manchetes nos mostram, e que o sofrimento das famílias em todo o Estado também nos coloca.

Uma das questões para construir um diagnóstico é a testagem, e os dados estão nos apontando que, desde o início de 2021, nós tivemos uma queda drástica nas testagens. Conforme o *site* da Prefeitura, em dezembro, fizemos mais de 70 mil testes, um número que é baixo; em janeiro, cerca de 45 mil. As aglomerações estão completamente erradas, e é o momento de a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, todas as instituições e movimentos sociais divulgarem uma ampla campanha de conscientização, mas infelizmente durante o mês de janeiro, nós, da bancada do PSOL, fomos obrigados a entrar com uma ação popular contra uma medida anticientífica, ou seja, que vai na contramão da conscientização, que era a distribuição do *kit* Covid. Eu espero que amanhã, prefeito, o senhor coloque para o Ministro da Saúde, para o Presidente, a necessidade de nós termos mais testes aqui em Porto Alegre, porque na semana passada circulava, em nível nacional, uma notícia de que o Brasil ia doar testes que estavam prestes a vencer, ou seja, nós não estamos com uma estrutura adequada, com a centralização do Ministério da Saúde para garantir a testagem. Há testes indo fora, isso não pode acontecer.

O prefeito falou que se reuniu com os empresários; pois bem, os empresários não são os especialistas no combate à pandemia, os primeiros que devem ser ouvidos são os profissionais da saúde e os cientistas. O Ver. Cecchim seguidamente tem falado aqui que, quando se debate a pandemia, aparece um monte de cientistas. Não é assim, vereador; nós estamos lendo os laudos, os estudos que nos são apresentados. O Comitê Científico de Combate à Pandemia no Rio Grande do Sul indicou, neste momento, que é necessário suspender a cogestão – o comitê científico. Discutir com os empresários é óbvio que nós temos que fazer, mas uma economia funcionando necessita de pessoas saudáveis, em primeiro lugar. Nós queremos medidas para a população trabalhadora. A cidade de Belém está fazendo, neste momento, com a Prefeitura do PSOL, um programa de renda emergencial com um orçamento menor do que o de Porto Alegre. Por que nós não abrimos esse debate? O nosso intuito aqui é colaborar! Se o prefeito envia um projeto para a gente debater a possibilidade de compra de vacina, a bancada do PSOL e da oposição vão fazer todos os esforços para aprovação. Para todas as medidas de abertura de leito, garantia de profissionais – estão aqui os trabalhadores do IMESF profissionais qualificados que estão cheios de vontade de trabalhar e de atuar no combate à pandemia –, nós vamos fazer os esforços, mas baseados nos critérios científicos. Por isso que, neste momento, manter a cogestão é uma política irresponsável. Os prefeitos do Vale dos Sinos estão discutindo manter a cogestão para criar outra bandeira, a bandeira roxa, e assim liberarem as escolas, manterem todo o fluxo do comércio. Como é que nós vamos educar a população sobre a necessidade de não fazer aglomeração, se os ônibus estão todos os dias lotados? Como a gente vai discutir esse tema? Se essa medida é levada a cabo, vai desmoralizar todo e qualquer

esforço da Prefeitura e do governo estadual. Cogestão, neste momento, é uma irresponsabilidade; nós temos que manter o maior grau possível de centralização das medidas de combate à pandemia, e isso inclui também um esforço e uma pressão sobre o governo federal - já foi falado aqui, desta tribuna, que essa é a pior gestão de combate à pandemia em todo o mundo, como apontam vários estudos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Mais uma vez, boa tarde aos meus colegas, ao prefeito, às pessoas que nos assistem. Felizmente a gente consegue unificar as pautas, mas infelizmente nós viemos a esta Casa discutir o transporte, e hoje eu acredito que todos nossos esforços deveriam ser contra a Covid, que mata diariamente a população não só da nossa cidade, mas do nosso Brasil.

Nós acordamos com bandeira preta, prefeito, e eu quero trazer alguns dados. Na primeira onda de Covid em Porto Alegre, nós tínhamos 64 casos diários de internação – são dados do governo do Estado -; na segunda onda, 67; e hoje 170. Nós não estamos fazendo debate ideológico, nós estamos fazendo uma leitura de casos publicizados pelo governo do Estado, que apresenta que, diariamente, nós temos 170 pessoas encaminhadas para a internação; uma ocupação de quase 100% dos leitos.

É inadmissível que a gente faça uma discussão sobre o transporte sem fazer uma relação direta, por que quem são as pessoas que precisam pegar o ônibus para ir todos os dias para o trabalho? Prefeito, eu não sei se o senhor tem acompanhado a questão de transporte, mas quem pega o ônibus às 7h da manhã, hoje, enfrenta um caos, aglomeração. Estamos falando aqui de aglomeração, mas a aglomeração acontece diariamente a partir das 6h da manhã, com o povo que vai para a fila do ônibus. Eu vou constantemente para fila do ônibus, inclusive para falar com as pessoas. É inadmissível que a gente fale de possibilidade de retirada de ar-condicionado de ônibus, quando, inclusive, a gente votou na isenção para o transporte de ônibus há dois anos; que a gente fale somente do transporte coletivo a partir do olhar empresarial.

Prefeito, tu andas muito nas nossas comunidades, onde a gente tem feito uma escuta da nossa população, que enfrenta ônibus sucateado, superlotado e sem condições de não se aglomerar. Eu brinco bastante, porque eu sou pequenininha, e quando eu entro no ônibus é impossível não encostar, Ver. Cecchim, nos coleguinhas, é impossível não encostar em quem está ali, porque é uma aglomeração de forma absurda todos os dias, todos os dias. Se nós vamos ter uma medida mais eficiente contra as aglomerações, nós vamos começar às 6h da manhã, indo para a fila e para a parada do ônibus.

É impossível a gente falar aqui do aumento da tarifa sem falar que nós vamos vivenciar um período da história dos mais difíceis, porque encerra logo ali o auxílio emergencial. Nós estamos vivendo, e quem anda pelas nossas comunidades

sabe, um empobrecimento de forma absurda, Melo. É absurdo andar na Cruzeiro e ver as crianças batendo de porta em porta - e eu fui uma dessas crianças -, e isso só tem um nome, gente: é pobreza.

Por que o auxílio emergencial está se encerrando? E aí eu que quero dizer, prefeito, que tem apoio total da nossa bancada a tua ida para falar com o Presidente, para falar da questão da vacinação, nós queremos a vacinação em massa; nós queremos a manutenção do auxílio emergencial; e nós queremos também a desoneração para a questão do transporte coletivo. É inadmissível, como em diversos lugares da Europa, como a gente gosta bastante de citar aqui, que têm, inclusive, subsídio, a gente não falar do transporte mais global e coletivo.

Quero propor também que nós façamos, prefeito, um comitê popular de acompanhamento da questão da Covid. Não existe solução individual, ela precisa ser coletiva, isso foi falado aqui da questão da vacinação. Hoje, são 384 profissionais do ISMEF aptos a aplicar vacinas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra, no tema Covid-19.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde, prefeito Sebastião Melo; boa tarde, Presidente Ver. Márcio Bins Ely; boa tarde à Mesa; boa tarde colegas vereadoras e vereadores e ao pessoal que nos assiste. Quero fazer uma saudação especial citando Dirceu Dal Molin, diretor da Hospital Vila Nova, e em seu nome citar todos os diretores de hospitais, médicos, enfermeiros, funcionários e todos da saúde. Todas essas pessoas são guerreiras, estão em contato com a Covid diariamente. Melo, essas pessoas são guerreiras. Quero aproveitar e informar aos vereadores que o nosso líder, Ver. Moisés Barboza, hoje teve uma melhora muito grande, ele e seu chefe de gabinete, Anderson, estão vencendo essa batalha, que é complicada. Eu já tive problema na família com essa doença, eu acho que a gente tem que trabalhar muito em cima para aumentar as demandas de vacina para chegar à cura. Nós, do PSDB, estamos te apoiando no que for preciso, prefeito.

Quanto à questão do transporte, quero dizer que sou morador do Extremo-Sul de Porto Alegre, onde há linhas em que o pessoal chega a levar duas horas do Centro até o Canta Galo - isso é uma tristeza. Eu fui cobrador de ônibus e já passei por isso sentado no banco da roleta. Quero dizer que dentro desses ônibus é um foco de contaminação. Esses ônibus, na hora do pico, lotados, alguns sem ar-condicionado, chegando no Canta Galo, na Extrema, em meio à poeira, o pessoal suando, transmitindo e pegando a Covid. Sabemos que a gente tem esses problemas ali. Melo, a gente tinha que, através disso, dar uma trabalhada. Antigamente tinha um terminal – estou usando o Extremo-Sul como exemplo, mas deve acontecer em outros lugares – na Sapolândia, o pessoal que vinha do Canta Galo e da Extrema, parava ali, fazia o transbordo, tinha um fiscal, o pessoal subia num outro ônibus, fazia a baldeação e vinha para o Centro.

Depois, com as restrições da pandemia, esse final de linha acabou indo para a praia do Lami, em frente à Escola Genoveva da Costa e ali não tem fiscal. Todo aquele passageiro quem vem do Canta Galo, da Extrema, da Sapolândia acaba descendo ali, e quem não tem o passe, o cartão TRI, acaba pagando em dinheiro e tem que pagar nova passagem. Isso já foi colocado, correram atrás e não conseguiram resolver nada e a passagem acaba se tornando o dobro para aquele trabalhador que gasta R\$ 4,55. São R\$ 9,10 para ir e R\$ 9,10 para voltar, são quase R\$ 20. Agora, se tiver algum aumento na passagem, ele vai ter uma despesa bem maior. Eu queria, então, pedir ao prefeito se dá para intervir para aquela comunidade. É isso. Muito obrigado e um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Gilson Padeiro. A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra, no tema Covid-19.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Como eu vou me alongar na questão da saúde, eu só quero deixar aqui registrado em relação ao transporte que, na semana passada, nós tivemos uma reunião com o secretário Záchia e nós estamos organizando junto a vários comerciantes que trabalham, tanto no aeroporto como nos *shoppings*, todos eles, aquelas pessoas que precisam sair do trabalho às 22h e não tem mais ônibus para voltarem para casa, então eles estão preenchendo uma tabela que está sendo passada em todo comércio, tanto em bares, restaurantes, lojas dos *shoppings*, para que as pessoas informem qual é o ônibus que elas pegam, qual é a linha que elas pegam, qual é a segunda linha que elas pegam, qual é o horário, para que a Secretaria do Transporte, junto com as empresas, consiga fazer uma otimização no debate que vai ser feito a seguir sobre as linhas, porque essas pessoas precisam ter garantido o seu transporte de volta para casa. E sobre a questão da diversificação dos horários, porque o que mais incomoda a todos nós, e eu acho que a gente concorda nesse ponto aqui na Câmara de Vereadores, é aglomerar as pessoas em meia dúzia de horários, quando a gente sabe que isso é, sim, foco de transmissão da Covid.

Bom, sobre a questão da Covid e da cogestão, eu acho muito interessante ver que pessoas vêm a este microfone falar em questão de ciência, da importância da ciência, quando não existe absolutamente nada de científico comprovado contra o uso do tratamento precoce. Eu, inclusive, desafiei o Ver. Leonel Radde a apresentar aqui os dados científicos. Hoje mesmo saiu uma matéria muito elucidativa sobre a Prefeitura de Búzios, que zerou os casos da Covid e que não tem nenhuma nova internação há dois dias. E o que eles fizeram lá? Na matéria estava escrito: “tratamento imediato”. Fui pesquisar, entrei no *site*, ligamos para a Prefeitura de Búzios e o que eles fizeram foi – eu tenho no meu gabinete, já dispus para vários colegas vereadores – todo um protocolo detalhado de abordagem e busca ativa de pessoas com sintomas gripais, várias escalas de fases para tratamento e todas elas tiveram tratamento precoce, nos primeiros dois, três dias com azitromicina e hidroxicloroquina. Não podemos esgotar esse debate na base do canetaço, na base do cala boca e na base de uma liminar que deveria ter sido

derrubada! Gostaria de ler aqui uma moção de apoio assinada por 20 vereadores desta Casa pela manutenção da cogestão que nós elaboramos desde de ontem à noite: “Os vereadores signatários vêm, por meio deste documento, manifestar seu total apoio à manutenção do plano de cogestão regional no sistema de distanciamento controlado. Acreditamos que a cogestão descentraliza [a descentralização é uma coisa muito boa, mas quem defende autoritarismo não consegue entender isso] a tomada de decisões e dá autonomia para que as comunidades possam agir de acordo com as melhores informações e evidências disponíveis. E são justamente as autoridades locais que estão em melhor posição para, efetivamente, avaliar a situação em seus municípios. Não é a abertura responsável dos negócios da cidade, das pessoas que precisam trabalhar para viver, a causadora dos aumentos de internações nas UTIs. Muito menos as escolas de Educação Infantil, que já estavam em funcionamento desde o ano passado, que são tão importantes para as nossas crianças e jovens. Pelo contrário, sabe-se, inclusive, que números expressivos de pacientes são trazidos de outras cidades para a nossa capital. Acreditamos que a Prefeitura tem trabalhado com enorme cautela e responsabilidade na busca de soluções que definitivamente ataquem as causas do problema ao invés de proporem medidas, em grande parte, paliativas. Conte com o apoio e empenho destes vereadores, estaremos presentes para apoiá-lo e ajudar a buscar soluções para o enfrentamento dessa crise. Assinam o documento: esta vereadora, o Ver. Claudio Janta, o Ver. Giovane Luiz de Lima Júnior, a Ver.^a Cláudia Araújo, a Ver.^a Tanise Amália Pazim, a Ver.^a Comandante Nádia Rodrigues Silveira Gerhard, o Ver. Jessé Sangalli de Melo, o Ver. José Amaro Azevedo de Freitas, o Ver. Hamilton Sossmeier, o Ver. Alexandre Wagner da Silva Bobadra, o Ver. Felipe Zortea Camozzato, o Ver. Ramiro Stallbaum Rosário, a Ver.^a Mariana Hennig Pimentel, a Ver.^a Mônica Leal Markusons, o Ver. Alvoni Medina Nunes, o Ver. Pablo Sebastian Andrade de Melo, o Ver. Idenir Cecchim, o Ver. Gilsomar da Silva, o Ver. Jorge Antônio Dornelles Carpes e o Ver. Carlos Henrique Bastos D’Ávila.” Subscrevemos esta moção e deixamos entregue, em mãos, ao Prefeito Melo. Quero deixar aqui registrado que nós apoiamos a decisão e a vontade do prefeito eleito, porque ele prometeu e fez isso durante a campanha inteira, e ele estará cumprindo promessa de campanha feita e fez com que ele e o Ricardo Gomes, nosso vice, vencessem a eleição. Em nome da legitimidade que lhes foi dada pelo voto, é preciso que se mantenha a cogestão em Porto Alegre e que se respeite a vontade de todos esses prefeitos, que são soberanos na decisão do que deve ser feito em seus municípios. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Fernanda Barth. O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde. Com relação ao trânsito, eu sei que é um tema muito caro ao prefeito e, com certeza, é um tema que afeta a todos os vereadores. Eu vi alguns vereadores da oposição falando sobre

aglomeração, hoje estou de casa participando da sessão de maneira remota, mas me chegaram fotografias de aglomerações feitas por vereadores do PSOL na entrada do plenário, com seus apoiadores políticos, tentando manifestar algum anseio, algum desejo junto ao prefeito. Eu não vi como sendo um problema para a oposição fazer essa aglomeração nesse momento, enquanto critica os empreendedores que querem trabalhar e levar o sustento para casa. Assim como foi falado pela Ver.^a Fernanda, a gente entende que não é a abertura responsável da economia que é o responsável pelo aumento nos casos da Covid, porque, inclusive, ao longo de diversos meses, a curva de contaminação acabou sendo mais ou menos estável e, nas últimas uma ou duas semanas, a gente percebeu o aumento gradativo, também influenciado pela questão do veraneio – as pessoas indo para o litoral. E, com essa proximidade maior, esse afrouxamento no distanciamento, acabou aumentando as curvas de contaminação; temos percebido um grave aumento na pressão sobre o sistema de saúde da cidade de Porto Alegre.

Falando sobre a questão do transporte público, eu gostaria de colocar algumas ponderações aqui – é um tema que me interessa bastante. Nós falamos sobre distanciamento, falamos sobre o sistema de transporte não estar conseguindo dar conta do aumento de custos frente à diminuição da procura pelo serviço, o transporte, e a gente, às vezes, não se dá conta de que o mundo em que nós vivíamos, infelizmente, já não existe mais. Muitas pessoas, inclusive eu, hoje, que estou trabalhando de casa, participando desta sessão de maneira remota, e muitas pessoas que se deslocavam no passado, em função do distanciamento social, em função do *home office*, da modernização da maneira que as pessoas trabalham e interagem em sociedade, já não precisam mais se deslocar. E é importante levarmos em consideração que essas pequenas atitudes, ao longo de toda a cidade, acabam influenciando também o sistema de transporte. Então, torna-se cada vez mais necessário pensar num sistema de transporte em que microdemandas sejam atendidas, diferente do que era no passado, quando grandes bacias de transporte faziam o transporte de pessoas. Hoje, infelizmente, não se consegue permitir essa viabilidade econômica com a mesma facilidade que se fazia no passado. E hoje eu vejo algumas empresas de ônibus reclamando sobre sua viabilidade econômica, mais ou menos nos mesmos moldes do que víamos os taxistas reclamando da entrada dos aplicativos como forma de transporte privado de passageiros. É evidente que chegou num momento da sociedade em que a gente precisa fazer a modernização do sistema de transporte coletivo. E não estou aqui falando palavras ao vento ou propondo sugestões que não são relevantes e factíveis. Nós temos uma enorme quantidade de empreendedores que trabalham no meio de transporte, têm todas as vistorias necessárias para trabalhar em dia, mas que não podem transportar pessoas, ajudando no transporte seguro de pessoas. Eu estou falando aqui dos motoristas de *vans* escolares que, em função das restrições no sistema de ensino, acabam não conseguindo trabalhar e levar o sustento para sua casa, mas esses veículos possuem vistoria, capacidade para transportar pessoas e poderiam ajudar nosso sistema de transporte a fazer o transporte de pessoas em microbacias, de modo, inclusive, a aumentar o distanciamento social entre as pessoas. Enquanto alguns vereadores estavam

mencionando que o transporte público, de acordo com sua lotação, apesar de ter se tornado mais rarefeito, propicia o contato físico entre pessoas – eventualmente propicia a disseminação do coronavírus -, o que poderia ajudar a desenvolver um maior distanciamento seria justamente esse aproveitamento dessa mão de obra parada, que nós percebemos com as *vans* escolares que hoje não estão transportando. Nós resolveríamos dois problemas com essa solução, nós descentralizaríamos o sistema de transporte, ao mesmo tempo em que aumentaríamos a distância entre os passageiros, diminuindo o risco de proliferação do coronavírus na nossa sociedade. Eu gostaria de ponderação somente, porque eu entendo que uma cidade moderna vai necessitar de transporte cada vez mais personalizado. E nós já temos dois ou três tipos de transporte: o transporte coletivo, que faz aquele transporte de grande quantidade de pessoas; e nós temos o transporte privado, por táxis ou aplicativos. E não há nada entre meio termo – não temos nada muito eficiente nesse meio termo. Nós temos, inclusive, algumas linhas de transporte por táxi-lotação, mas entre o lotação e o transporte coletivo, não temos um transporte intermediário. E a minha sugestão, que vai ser feita no momento oportuno, trazemos aqui para os senhores levarem em consideração, é a questão da liberação do transporte, tanto por *vans*, para fazer o atendimento das microbacias, quanto de mototáxis para aqueles transportes mais individualizados em regiões mais periféricas da cidade, porque acho que ajudaria, sim, a aumentar o distanciamento social entre as pessoas que necessitam do transporte e não estão conseguindo encontrar uma opção viável no transporte público.

Só para concluir, nesse sentido, Presidente, temos que pensar o transporte coletivo por ônibus, nesse tamanho que temos hoje, para aqueles deslocamentos de longa distância. Não faz sentido, levar, muitas vezes, ônibus muito grandes para fazer transporte entre microbacias porque isso, infelizmente, não é sustentável.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Sr. Presidente, solicito um esclarecimento em cima da fala do Jessé, que está sendo induzido ao erro por uma postagem do Ver. Camozzato, que coloca que os vereadores do PSOL estão promovendo aglomeração dos trabalhadores do IMESF aqui na Câmara. Para esclarecer, o Ver. Jessé, que não estava presente nesse dia em que os trabalhadores vieram porque souberam que o prefeito estaria aqui, vieram justamente solicitar uma reunião, que foi acatada inclusive pelo prefeito, para depois da sessão conseguirmos ter os esclarecimentos necessários em relação à absorção da categoria. Não tem nada que ver com o que está sendo promovido nas redes sociais, *fake news*, de que nós, os vereadores do PSOL – no caso, eu e o Matheus Gomes, que estamos presentes aqui, que promovemos esse tipo de ajuntamento. E eu também acho que aqui na Câmara de Vereadores, muitas vezes, vereadores não respeitam distanciamento social, fica um

sentado ao lado de outro, e há um silenciamento por parte da base do governo, essa base negacionista em relação a esse distanciamento. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereadora. O Ver. Pablo Melo está com a palavra, no tema Covid-19.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Venho a esta tribuna na tarde de hoje para parabenizar, em primeiro lugar, Ver.^a Nádia, nosso prefeito pela coragem com que vem enfrentando essa questão da Covid. Essa questão de reabertura da Cidade, secretário Záchia, foi um compromisso de campanha, estabelecido pelo prefeito de Porto Alegre e que está sendo devidamente cumprido. Em segundo lugar, prefeito, quero cumprimentar V. Exa. pelo ato corajoso também de continuar frequentando determinados setores da imprensa porto-alegrense; aliás, nós conhecemos muitos desde a campanha, que são a favor do *lockdown* na nossa cidade e continuam incitando essa questão da quebradeira da economia da nossa cidade. É inadmissível – os verdadeiros negacionistas, Ver.^a Fernanda, são a imprensa pois não conhecem a realidade da cidade. O que mais se vê na cidade de Porto Alegre é “aluga-se”, “aluga-se”, “quebra-se” e falência. Então, nós que conhecemos a cidade de Porto Alegre, secretário Ramires, nós que conhecemos a realidade, do Lami ao Sarandi, do Moinhos de Vento ao Morro Santana, enfim, Mauro Pinheiro, todos os lugares da nossa Cidade, tu recebes ligação, todos os vereadores desta Câmara de Vereadores recebem ligações, todos os dias, do pequeno, do médio, do grande comerciante implorando para cada um de nós intervir, pedindo uma informação, se vai ter decreto, se não vai ter decreto. Enfim, nós estamos aqui, prefeito, secretários, vereadores, com a responsabilidade de apoiar o prefeito para manter a cidade aberta com toda responsabilidade possível. Esperamos, prefeito, que V. Exa., junto ao Presidente, junto aos ministros, traga recursos para que a gente amplie o número de leitos em UTIs, que se estabeleça, enfim... Não sei se é um projeto do governo ter um hospital de campanha ou não, mas acho importante V. Exa. falar sobre isso, enfim, que se estabeleçam as condições necessárias para que Porto Alegre não feche. O comércio não é o vilão da nossa cidade, não é vilão, mas está sendo tratado como vilão por parte desta Câmara de Vereadores. Nós queremos, sim, defender o pequeno, o médio, todos os comerciantes e donos de estabelecimentos da nossa cidade, pois temos o entendimento de que a cidade precisa se manter reaberta, e, por fim, prefeito, conte com a grande parcela desta Câmara de Vereadores para tomar as devidas atitudes para o combate à Covid. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Pablo. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, venho a esta tribuna em nome do Partido dos Trabalhadores – e das trabalhadoras - falar de duas questões muito importantes para Porto Alegre: a primeira delas é saúde. Concordo, Ver. Melo, que o comércio não é vilão – vilões são os governos de direita, como o do Marchezan, que deixaram essa bomba armada também aqui. Eu queria ver, aqui, nesta tribuna, alguns irresponsáveis que participaram do governo Marchezan, que fecharam 11 postos de saúde, demitiram os trabalhadores do IMESF - hoje muita gente está procurando um posto, Ver. Mauro Pinheiro, de saúde para ser atendido e acaba indo para a emergência, para a UPA, prefeito Sebastião Melo, se aglomerando lá, e aí está com sintoma de Covid, alguns, acabando por espalhar mais.

Então, não adianta a gente dizer que a aglomeração do litoral é a culpada. Digam-me quantos cidadãos de Porto Alegre estão sem emprego, sem um real para ir no centro de Porto Alegre, imagina se vão ter para ir à praia, para Pinhal, para Magistério, enfim, Cidreira. Não tem dinheiro! Não há emprego! Não tem mais a renda mínima que era o auxílio emergencial! E os vereadores dos seus partidos, base do Bolsonaro, não vêm aqui fazer um *mea-culpa*. Por que ele tirou? Claro que nós vamos entrar em crise, e aí a capital dos gaúchos sofre. Não é responsabilidade de um, dois ou três homens apenas a crise da Covid. Nós temos que fazer uma força-tarefa; por isso a gente reivindica aqui, prefeito Melo, celeridade na abertura dos leitos – precisamos de mais leitos. E a gestão da vacina? Gestão própria. É a alternativa que tem que ser colocada na ordem do dia imediatamente! Se o governo federal não quer fazer os acordos diplomáticos que tem que fazer é problema dele – nós vamos ter que resolver! Porto Alegre tem que resolver, o Rio Grande do Sul tem que resolver! Outro dia estava vendo que o governador Leite, do PSDB, queria viajar o Brasil como presidenciável. Não consegue nem cuidar dos doentes do Rio Grande do Sul, fica pintando bandeira toda hora. Agora querem mudar a cor das bandeiras. Nós estamos em crise por causa desses incompetentes que armam bombas por aí, que demitem servidores públicos que conhecem, que têm o conhecimento e que poderiam estar ajudando. E essa é uma reivindicação nossa: que reabsorva os trabalhadores do IMESF para ajudarem e reabram, imediatamente, esses postos de saúde para as pessoas não irem para emergência, atulhar as filas. Nós vamos chegar, com certeza, não adianta, na situação de falta de oxigênio! É triste dizer isso; é triste! Então, povo de Porto Alegre, nós temos que unir esforços – unir esforços – para resolver o problema agora! E não dá para apontar para o povo e dizer que ele é culpado. Os políticos têm que resolver isso! Se o povo ainda não entendeu algumas questões, tem que aplicar dinheiro público em políticas públicas reais para que se tenha consciência, mas é preciso dar exemplo. O Bolsonaro vem a Porto Alegre inaugurar uma ponte, que nem estava acabada, sem máscara! Que exemplo é esse de não usar a mínima coisa que tem que se usar na pandemia, que é a máscara? Será que incomoda tanto uma máscara, para não dar exemplo? E tiram foto, postam no Facebook! É triste!

Então, vacina já para todos! Gestão própria da vacina, prefeito Melo. Muito respeitosamente a gente vem aqui fazer essa solicitação, celeridade nisso! Tem que destacar um secretário para conversar com os laboratórios que estão produzindo, e já ir

preparado, ir preparando, senão vier do governo federal, tem que preparar e trazer logo. E também criar mais leitos, urgente! Parabéns à COSMAM pela visita, parabéns pela visita ao Hospital Parque Belém.

E sobre o transporte, quero só encerrar dizendo o seguinte: não dá para dar R\$ 12 milhões para quem já levou R\$ 39 milhões. Eu queria que esses empresários viessem aqui, dentro da Casa do Povo, dizer para nós o que vão fazer com esse dinheiro – toda hora isenção, isenção, isenção e não tem contrapartida! Nós fizemos uma emenda, o Partido dos Trabalhadores, na gestão passada desta Câmara, em uma sessão legislativa, e foi negada, que era para não ter aumento enquanto não tivesse uma discussão séria. Teve só isenção do ISS. E o Marchezan deu tchau-tchau, e nós estamos aí, com o transporte atulhado de gente, pagando uma passagem cara, e um sucateamento horroroso.

Para concluir, Presidente Márcio, são dois problemas que se somam, e o povo está morrendo. E é triste dizer que vai morrer mais gente. Vamos nos unir para que isso mude. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente, vereadores, prefeito, com quem já tivemos em outra agenda no início da tarde, secretários. Reportando-nos, ainda, sobre Covid, há muitos discursos em toda parte, não somente em nossa Câmara, mas só nos reportando ao ano passado, quando não se tinha a expertise desses tratamentos, quando lutamos muito para termos o hospital de campanha, mais equipamentos, também integramos o movimento para reabrir Porto Alegre, porque sabíamos das graves consequências que estão aí, o comércio fechado, outros estabelecimentos, desemprego, as pessoas com a saúde abalada, não se tem tanta divulgação porque muitos estão dentro de casa cumprindo também o protocolo da saúde. Então, se estamos em casa, se estamos nos protegendo, não estamos irresponsavelmente transmitindo esse vírus que tem levado a óbito tantas pessoas próximas, tantos familiares, tantos amigos, não é? Tantas pessoas que ficaram com sequelas, e outras pessoas fazendo “festerê” e nas aglomerações, pouco se importando com o uso da máscara, pouco se importando que nós, cada vez mais, estamos nos restringindo à vida de trabalho. Nós teremos consequências tão graves que não serão governos, políticos que resolverão tão cedo. Nós queremos registrar que observamos um governo agindo, um governo com transparência, convidando a comissão, os vereadores para participarem das suas audiências. Estamos há poucos dias com o novo governo, esse quadro se alastra desde o ano passado, já fechando um ano, então, milagres não existirão enquanto as pessoas não colaborarem e se cuidarem para não deixar esse rastro de uma época que não vai existir mais.

Então, quero parabenizar, saudar o governo, os secretários, por todo esse empenho, com uma agenda amanhã, agenda fora, na busca de soluções. Eu vejo muita ideologia nos noticiários, com uma impressão de satisfação de divulgarem esse quadro violento, esse quadro triste que nós estamos vivendo de falta de todo o atendimento. Por outro lado, hoje foi chamada a atenção para os andares do Hospital de Clínicas, também do Hospital Álvaro Alvim, e nós, vereadores, que temos o dever de fiscalizar, temos que apoiar esse tipo de averiguação de aumento de leitos, sendo possível, mesmo que seja em nível federal. Essas ideologias milagrosas não têm como se deixar de passar.

Hoje eu vejo uma cobrança grande do IMESF. Olha, eu participei desde o dia da audiência para apoiar o IMESF na Câmara Municipal, quando eu nem era ainda vereadora, fui convidada, achei interessante para a saúde, e aí, irresponsavelmente, acabaram com o IMESF em nível de justiça, em nível federal. E agora há cobrança para uma solução, parecendo que isso foi atual, que atualmente se acabou com o IMESF. Mas não foi assim, não! Isso correu na justiça, depois que as coisas deram errado, falando popularmente, agora tem a cobrança, que eu acho justo que se aproveite, sim, um quadro de pessoas que são especializadas no assunto.

Eu quero também dizer que apoio o que foi colocado sobre os ônibus: redução de linhas, salientando que existe muita aglomeração de pessoas dentro desses ônibus, e agora, enquanto estava tendo a audiência, recebi mais um vídeo da aglomeração. Espero que essas propostas empresariais venham com bastante clareza para a Câmara Municipal para que possam ter o nosso apoio – é isso que nós esperamos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O prefeito Sebastião Melo está com a palavra.

SR. SEBASTIÃO MELO: Vereadores, eu quero pedir aqui uma ajuda de vocês. O governador vai se pronunciar daqui a pouco, eu prometo que tem que mudar o decreto da Covid; eu tenho reunião da Granpal, é indispensável a minha participação; eu tenho que atender os trabalhadores; e vocês estão pedindo a minha permanência. Então, queria pedir a compreensão porque eu não consigo estar nesses três momentos, sendo uma pessoa só. Então, se os líderes pudessem falar. Eu pediria, procurador, que o senhor pudesse atender na sala do Presidente, com as duas representações das secretarias, vocês comecem a reunião para poder ir socializando tudo aquilo que nós estamos conversando e eu chego em 10 minutos lá para chegar lá com a reunião um pouco adiantada. Pode ser? Por favor, procurador.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Então, peço ao meu assessor que acompanhe o pessoal. Essa comissão que está representada aqui, vocês cinco que representam aí, tem uma dentista, uma enfermeira... Está bem representada então. Nós vamos abrir o Salão Adel Carvalho e peço à secretária adjunta da saúde Ana

Carolina que acompanhe a reunião, por gentileza. Vamos fazer aqui as falas das lideranças, que não são muitas, e aqueles que já se sentirem contemplados na fala dos que antecederam também...

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, é uma audiência do prefeito com os trabalhadores ou é com a oposição, guiada pelos trabalhadores, ou vice-versa? Então, é uma reunião que não é dos trabalhadores do IMESF, é uma reunião dos vereadores de oposição, que estão aproveitando o momento.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente Márcio, a sugestão veio do prefeito, nós temos sensibilidade com relação à questão que o prefeito acabou de levantar, tendo três reuniões ao mesmo tempo. Ele antecipou e pediu aos seus representantes das secretarias receberem os trabalhadores, portanto, não são os vereadores que estão indo ao Salão Adel Carvalho, há uma confusão. Estamos aqui prestigiando o prefeito.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o prefeito, o Presidente da Casa, devido às circunstâncias, serei breve. Quanto à saúde, prefeito Melo, parabéns pelas iniciativas, não é fácil, já deve ter notado que o que tem de cientista e médico na nossa Câmara de Vereadores de Porto Alegre é impressionante. Eu estou torcendo que dê certo, sou daqueles que torce a favor de qualquer governo, pois o Brasil tem que ir bem, o Estado tem que ir bem, o Município tem que ir bem, mas tem uns urubus aí que vou te contar, querem o mal de todo mundo; às vezes, é bom lembrar.

Parabéns pela abertura do Hospital Porto Alegre, hoje eu fui ver o Belém Novo, V. Exa. está criando alternativas, o Beneficência Portuguesa, agora a questão do Hospital de Clínicas, temos que ver tudo isso. Parabéns pela iniciativa, está fazendo muito mais do que se esperava, quero dizer isso, eu conheço bem V. Exa., que está pegando um ônibus já a 150km por hora.

Na realidade, eu torço muito, mas olha o que há de notícias com informes diferentes, todos os dias, sobre a Covid é impressionante. Olha, eu escuto muito, mas se fosse pegar tudo, ficaria irritado e não entenderia ninguém, porque o que tem de gente dando opinião sobre a Covid é impressionante. Está faltando vacina no mundo inteiro, gente! Será que não olham isso? Falta vacina nos países adiantados! “Ah, já vacinaram toda a população” – mas, por exemplo, Israel não tem a população do Rio Grande do Sul. Vamos com calma! O Brasil tem 220 milhões de habitantes, vamos com calma que vamos chegar lá. Não se acha vacina em qualquer lugar, e vamos aprovar. E sou um dos que assinou a questão da gestão, tem que ficar no Município, porque é aqui que acontecem as coisas, sempre lutei pela abertura do comércio com todas as precauções,

continuo nesse grupo que entende que o comércio é muito importante, a economia também é importante nesse aspecto. Então, parabéns pela saúde.

Quanto ao transporte, eu entendo que dá para... E hoje ouvi coisas do secretário Záchia, Melo, permita-me dizer, que, em quatro mandatos como vereador, eu nunca tinha escutado, que são os índices que compõem o preço da passagem. Parabéns, Záchia! Ninguém tinha aberto essa caixa aí para dizer como se compõe o preço! Até sempre se pensou - e essa foi análise - que a Carris deveria fazer isso: particularizar e servir como balizadora do preço da passagem em Porto Alegre.

Para finalizar, já pedi ao Záchia isso, prefeito, para colocar um representante da Câmara Municipal naquele conselho que estabelece o preço da passagem. Porque não tem cabimento a Câmara ser cobrada disso e daquilo e não participar do grupo, do conselho que estabelece o preço da passagem! Aí vai votar sobre subsídios, sobre isenções, vota tudo que é possível; mas na realização, por exemplo, no grupo que compõe o preço da passagem a Câmara não está, nem a CUTHAB! Não há participação da Câmara!

Encerro desejando sucesso, que se estabeleça realmente essa ligação. Os que são contra sempre serão contra, a maioria é a favor de uma Porto Alegre promissora, de um Brasil melhor, de um Estado melhor. Aqueles que latem aí o dia inteiro são os mesmo de sempre, a gente já sabe. Em 2008, quem estabeleceu esse patamar de um péssimo comportamento do transporte, governo federal de 2008, vão lá ver quem é, que deu dinheiro para Cuba, deu dinheiro para Venezuela, deu dinheiro para metrô lá fora e aqui não fez metrô, nós estamos pagando caro por isso agora, Ver. Jessé, pagando caro porque esse governo federal não agiu lá atrás. Para concluir, desejo sucesso, contem conosco, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra, no tema Covid-19.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, prefeito, Srs. Vereadores, serei breve, respeitando aqui a concorrida agenda do nosso prefeito Sebastião Melo. Quero trazer à baila aqui uma informação muito importante: nesse final de semana, eu fui na Igreja da Graça, e outra parte da minha família foi na Igreja Universal, mas eu recebi hoje à tarde aqui um documento da Igreja Mundial, e vou ler para o Sr. Prefeito. Eu não quero nem entrar no eleitorado dos Srs. Vereadores aqui da Igreja, é só uma questão de conveniência e oportunidade, eu quero dizer aqui o quanto é importante a igreja na nossa vida. A gente fica trabalhando aqui todos os dias com uma lupa em cima de nós, virada para o sol - nós precisamos de uma proteção, seja ela espírita, seja a religião que for, respeito todas elas, inclusive a sua, Ver. Claudio Janta. As pessoas procuram a religião para fazer o bem, para se proteger, para ter uma orientação, e, às vezes é uma questão psicológica. Então a igreja é importante na nossa sociedade. As pessoas vão ali porque querem uma proteção divina, querem saúde,

querem orientação, enfim, as famílias vão nas igrejas. E as igrejas só fazem o bem, a religião, em geral só faz o bem, e muitas fazem caridade, e a igreja é uma formadora de opinião. As famílias e a sociedade de Porto Alegre têm que saber que não há bandido ou mocinho; tem os vereadores de Porto Alegre, o Poder Executivo, e nós estamos juntos para buscar uma solução para o problema, mas não é com o fechamento que nós vamos achar a solução do problema. Lá há álcool em gel, distanciamento controlado, em todos os lugares tem. Eu vou fazer a leitura da carta para o senhor aqui, prefeito: “Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2021. Exmo. Prefeito Sebastião Melo. Diante da decisão do governo do Rio Grande do Sul em alterar a bandeira da fase vermelha para a preta, venho retificar o papel fundamental que as igrejas têm exercido na sociedade porto-alegrense e rio-grandense em meio à pandemia do Covid-19. Temos amplo controle nos nossos 200 templos no Estado do Rio Grande do Sul. Estamos respeitando os seguintes protocolos: medição de temperatura na entrada dos templos, *dispenser* espalhados nas entradas com álcool em gel, entrega de máscaras a quem esquece, higienização para os pés e a proibição de locomoção dentro das igrejas sem as máscaras. Desse modo, não há motivo de fechamento de nossas igrejas e proibição de culto, tendo em vista que seguimos todos os protocolos da Organização Mundial da Saúde, das Secretarias Estaduais e Municipais. Sr. Prefeito, a igreja é um serviço essencial para a saúde mental e espiritual de seus frequentadores, além disso, doamos mensalmente, somente em Porto Alegre, 250 cestas básicas para famílias necessitadas. Estamos doando reforma de casas para as pessoas que não têm condições nenhuma de ter moradia digna. Doamos sangue no Hemocentro de Porto Alegre mensalmente com grupos entre 50 e 60 pessoas. Contamos com 24 colaboradores registrados, com salários em dia, que dependem da igreja para sustentar suas famílias. Temos CNPJ, e a nossa administração é como a administração de uma empresa, pagamos todos os nossos tributos. Assim, pedimos a compreensão de V. Exa. para que leve ao governador o nosso pedido e interceda por nós, Sr. Prefeito. Nós te apoiamos e vimos uma esperança de mudança, de posição com relação à administração anterior”, que quase... Bom, não vou citar o resto aqui. “Eu falo em nome de 200 igrejas do Estado do Rio Grande do Sul que têm em sua composição mais de 50 mil membros. Em Porto Alegre possui mais de 5 mil frequentadores. Convido V. Exa. a participar sempre de nossas reuniões, seja sempre bem-vindo. Pedimos encarecidamente a sua sensatez e compreensão. Confiamos no seu trabalho. Atenciosamente, Bispo Ricardo de Holanda, Líder da Igreja Mundial do Rio Grande do Sul.” Prefeito, veja bem, há um documento da Ver.^a Fernanda Barth com mais de 20 assinaturas de vereadores. As igrejas, de 80 a 90% de Porto Alegre quer a cogestão. Então não adianta vir fazer pressão aqui, ganhar no grito ou fazer onda. Porto Alegre não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Bobadra. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Prefeito Melo; Presidente Márcio Bins Ely, secretários, vereadores e vereadoras, em primeiro lugar quero começar parabenizando aqui o Prefeito Melo que já está sendo noticiado que o governador vai aceitar a cogestão e diz que foi capitaneado pelo Prefeito Melo junto com os demais prefeitos. Então, nós só podemos parabenizar o prefeito pela atitude e nós, vereadores, aqui nos somamos com nosso apoio na cogestão. Quando o Município escolhe o seu prefeito e os seus representantes, os vereadores, ele escolhe dando um aval para que ele faça aquilo que ele prometeu durante a campanha. E o Prefeito Melo prometeu, durante a sua campanha eleitoral, que faria de tudo para manter as atividades econômicas abertas dentre das possibilidades, sempre respeitando a Covid -19. E tem feito isso. Então nós temos que parabenizá-lo. E eu, como comerciante, Ver. Cecchim, o senhor sabe da nossa trajetória, nesse final de semana, e, principalmente no dia de hoje, recebi muitas ligações mesmo e muitas mensagens dos comerciantes preocupados com as suas atividades econômicas. Nós sabemos, Ver. Claudio Janta, das dificuldades de se manter o pequeno, o médio e o grande comércio e as grandes empresas também abertas no nosso País, onde as dificuldades são imensas para se manter uma empresa. Nesse período de praticamente um ano já da pandemia, essas dificuldades ainda aumentaram. Num primeiro momento ainda tivemos recursos oriundos do governo federal que ajudava a manter essas despesas, o que não se tem mais. Se nós agora, mantivermos ou fecharmos, dificultaremos ainda mais as atividades econômicas, certamente essas empresas não vão conseguir se manter abertas. Talvez a grande maioria delas não consiga retornar ao final dessa pandemia que não tem data marcada para terminar. Nós sabemos que precisamos lutar pelas vacinas que dependem, nesse momento, do governo federal, não dependem do governo do Estado nem do Município, e queremos já, neste momento, dizer ao prefeito que, se depender deste vereador votar algum projeto, alguma atitude da Prefeitura, do Executivo, para que seja liberado para comprar vacinas ou remanejar recursos, estarei junto com o líder e com os demais vereadores lutando para que seja aprovado em tempo recorde nesta Casa para que sejam buscadas as vacinas. Talvez seja a única saída para o enfrentamento real à pandemia. Nós sabemos que o restante a gente vai lutando e tentando buscar saídas que ninguém tem exatamente a certeza de qual seja, mas quero fazer um apelo também à questão das escolas infantis. Também temos sido muito procurados pelas escolas infantis, a Ver.^a Cláudia Araújo é uma das que tem lutado muito para que as escolas infantis sejam consideradas essenciais. E eu concordo com que essas escolas tenham essa denominação de essencial, porque aqueles trabalhadores que estão, principalmente, naqueles comércios de supermercados, farmácias, as próprias atividades da área da Saúde, precisam deixar seus filhos em algum lugar. Então nós também temos que buscar essas providências e a escola infantil é fundamental que seja considerada de forma essencial, para que tenha a escolha daqueles que querem manter seus filhos nessas escolas, possam manter, e para aqueles que preferirem manter seus filhos em casa, que mantenham. Aquelas pessoas que podem permanecer em casa, que fiquem em casa, Ver. Oliboni, mas aquelas que precisam trabalhar, que precisam buscar o seu sustento, que tenham, sim, a oportunidade a liberdade de poderem trabalhar, de poderem exercer as suas profissões,

buscando o sustento de suas famílias. Também quero dizer da preocupação de muitos comércios, principalmente das padarias, dos supermercados, dos pequenos comércios com a relação das bandeiras que dizem que eles têm que trabalhar com número reduzido de funcionários. A redução do número de funcionários no comércio só vai aumentar a aglomeração nesses comércios. Nós precisamos ter funcionários, as pessoas trabalhando para que eles possam... Quanto maior o período e o número de funcionários, mais rapidez e agilidade será dado ao atendimento e, com isso, diminuindo a aglomeração. Então esse é o apelo que a gente faz ao prefeito e nos colocamos à disposição para o embate dentro da Câmara de Vereadores para que a gente possa aprovar projetos que mantenham as atividades comerciais dentro da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Mauro. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio. Prefeito Sebastião Melo, vereadores e vereadoras, eu queria falar sobre transporte porque foi o que motivou a decisão do prefeito de vir à Câmara dos Vereadores hoje. Obviamente que, com o agravamento da pandemia, a pauta da saúde entrou e é lógico que entre, é um problema grave. O prefeito sabe que nós temos uma divergência no ponto de vista de como encarar a politicamente essa questão. Isso envolve sobretudo a relação com o governo federal e com a cultura que o governo federal está tentando promover de desvalorizar a vacina, o distanciamento social, a ideia de *kit* para tratamento da doença de modo preventivo... Mas eu não quero agora entrar nesse tema, é uma discussão que nós temos. Quero, sim, agradecer ao prefeito que vai receber essa comissão do IMESF. O prefeito sabe da angústia que esses trabalhadores têm. O Cassio Trogildo também está acompanhando isso como secretário Institucional e eu acho que é muito importante que essa questão seja resolvida. Isso é um tema de saúde pública, mas eu sei que já tem um encaminhamento hoje na discussão que vocês estão fazendo aí, o prefeito vai buscar fazer essa discussão. Espero que realmente seja resolvido porque o drama é enorme. São 500 pessoas que querem trabalhar e defender a saúde do povo. Sobre o tema do transporte, especificamente, qual é o ponto central que eu quero pôr para os vereadores e para as vereadoras? Eu acho muito importante a ideia do Prefeito Sebastião Melo de que a Câmara debata o assunto. Quando eu estive coordenando a CUTHAB, nós chegamos a fazer esse debate já no governo anterior, com o secretário dos Transportes, o Rodrigo Tortoniello. E eu falei para o Cassio, para o Melo, não tive a oportunidade de conversar com o secretário, mas eu acredito que nós temos uma proposta, e não é uma proposta que o PSOL fez, é uma proposta que surgiu por iniciativa popular em Curitiba e que foi encampada aqui em Porto Alegre pelo governo anterior; Infelizmente, e eu reclamei, na oportunidade, Ver. Cassiá, o prefeito Marchezan não lutava por uma proposta que ele mesmo trouxe para a Câmara dos Vereadores, através do secretário Tortoniello, que era a proposta prevista num projeto

de lei, o nº 002, no ano passado, que prevê - Prefeito Sebastião Melo, a gente já conversou sobre isso, mas esse é um ponto que eu quero insistir porque esse é um debate que eu quero que seja público – um tributo, a previsão de um tributo com valor fixo, determinado por decreto, a ser cobrado das empresas por cada um dos seus funcionários formais. Pelos dados do CAGED, pelo Ministério do Trabalho, nós temos cerca de 500 trabalhadores formais no Município de Porto Alegre. Os cálculos que nós fizemos na CUTHAB, os cálculos feitos pela EPTC, no ano passado, dão conta de que esses recursos permitem arrecadar quase a totalidade dos custos atuais do transporte público em Porto Alegre. Nós temos, evidentemente que esses dados podem estar um pouco desatualizados porque esse trabalho nós fizemos no ano passado, o custo mensal do sistema de transporte público gira em torno de R\$ 66 milhões por mês, enquanto que a capacidade de arrecadação, através da taxa de mobilidade urbana, dessa taxa que foi proposta, considerando a cobrança de R\$ 116,00 por funcionário, apresentada no projeto de lei, chegaria à ordem aproximada de R\$ 58 milhões. Isso significa que o custo da passagem poderia ser reduzido praticamente a zero! Agora, é óbvio que tem um debate. Qual é o debate? Os empresários privados vão ter esse benefício e a cidade que controla o transporte público, qual é a qualidade desse transporte, a qualidade do ônibus? Qual é a qualidade do serviço? O que eu quero apontar, presidente Márcio, por isso eu fiz questão de fazer a intervenção e lhe agradeço pela gentileza, porque essa é uma proposta concreta para nós avançarmos na solução desse problema dramático... E eu quero colocar esse debate a público, porque eu acho que não é possível que os cobradores sejam penalizados, que os trabalhadores sejam penalizados, que os idosos sejam penalizados. Acho que é preciso, sim, mudar a política de arrecadação em relação ao tema do transporte. Muito obrigado, prefeito, muito obrigado, presidente e demais vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Robaina. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio, é um prazer receber aqui nesta Casa o prefeito Melo, juntamente com seus secretários Cassio, Záchia; e o diretor da EPTC, o Ramires. Boa tarde colegas, vereadoras e vereadores. Quero dizer prefeito Melo que nós do Democratas ficamos muito felizes de sermos governo com o senhor, porque, desde a plataforma da campanha política, o senhor tem falado que economia e saúde não são excludentes uma da outra. E isso nos deixa muito envaidecidos, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, porque nós estamos vendo hoje, em menos de 60 dias de governo, o prefeito Melo e o vice-prefeito Ricardo Gomes cumprindo com a palavra, fazendo com que a economia de Porto Alegre não pare e que a saúde possa ter um bom tratamento.

Dizendo isso, eu quero dizer que a cogestão é muito importante e o senhor teve coragem neste momento e responsabilidade, a partir do momento em que os eleitores colocaram a esperança no seu nome e no de Ricardo Gomes, de manter a fala desde sempre. Esse seu respeito para com os eleitores e a sua coragem de dividir a responsabilidade com o governador Eduardo Leite é muito importante. O senhor foi eleito por Porto Alegre para administrar os municípios, para resolver os nossos problemas, e é assim que nós queremos que aconteça: que o prefeito e o vice-prefeito, juntamente com os seus secretários, amparados por esta Casa, possam sim resolver os problemas de Porto Alegre. Porque se tudo fosse às mil maravilhas, Záchia, não precisaria ter um prefeito, nós seríamos autogeridos. Só que aqui nesta Casa tem terraplanistas, que falam uma coisa e fazem outra. As pessoas desta Casa, presidente Márcio, entendem como crime a opinião, mas não entendem como criminoso aquele que pula a catraca; não entendem como criminoso aquele que invade a Câmara e fica “peladão” aqui! Isso é engraçado, não é? E nós, vereadores que estamos aqui e que somos pela realidade e pela verdade, temos que fazer com que isso chegue à população, porque aqui não é uma ilha da fantasia, aqui as pessoas procuram, nos 36 vereadores, a verdade e a responsabilidade de fazer o seu melhor para Porto Alegre, não inventando moda. Ninguém tem que inventar a roda aqui, nós temos é que fazer com que efetivamente o porto-alegrense possa ser bem atendido nas políticas públicas, seja na educação... as nossas crianças estão nas ruas, as escolas fechadas não podem mais estar, nem as creches porque os pais e as mães precisam trabalhar. Enquanto as escolas e creches ficam fechadas, os nossos filhos ficam à mercê dos criminosos, porque o tráfico não parou, porque ainda essas crianças continuam sendo cuidadas por cuidadoras de um ambiente muito menor do que uma sala de aula, em que 20 a 25 crianças ficam empilhadas. E é responsabilidade de todos nós vermos isso, porque isso está na nossa cara.

Além disso, quero dizer e – vem aqui a minha sugestão – que se mudem os protocolos nos postos de saúde. Não pode mais alguém chegar ali com febre, com tosse, com algum sintoma de Covid -19 e ser mandado embora para casa com uma dipirona! Ali deve ser feito já o teste, ali essa pessoa já deve começar com o seu tratamento precoce, porque temos visto que aqueles que iniciam tomando o tratamento precoce melhoram. Agora, imaginem uma pessoa que tem sintomas de Covid -19 é mandada para casa para tomar dipirona volta, depois de 30, 45 dias, como? Direto para UTI? É óbvio, essa pessoa vai piorar e é no posto de saúde que isso tem de ser barrado. É ali no posto de saúde que tem de ter o atendimento completo para essas pessoas.

Dizendo isso, prefeito, digo que as vacinas administradas aqui em Porto Alegre já passaram do número dos casos comprovados, ou seja, Porto Alegre está vacinando e cada vez mais, inclusive há segunda dose para várias pessoas. Também quero dizer que o lugar mais seguro hoje para as nossas crianças é na escola, é na creche; lugar mais seguro para as pessoas é dentro de um restaurante ou de uma loja que estão com os protocolos necessários, com os distanciamentos necessários para cuidar da questão da Covid-19. E mais do que isso, quero falar do IMESF. É engraçado ver alguns vereadores aqui que foram aqueles que fizeram com que o IMESF fosse

terminado, aqui vir impedir agora, porque foi o Simpa, foi a CUT, foi o CPERS, e foram muitos dos vereadores que aqui estão, que entraram na justiça para que o IMESF fosse cancelado. E hoje, presidente, nós não podemos correr o risco de estarmos descumprindo, por meio do nosso prefeito, a ordem judicial do STF. Então, vamos parar de enrolar porque aqui não é casa da mãe Joana. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a. Comandante Nádia. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, meu querido prefeito Sebastião Melo; secretário Záchia; secretário Cassio Trogildo; presidente da EPTC, Ramires; procuradora, eu acho que vocês são uns heróis para aguentarem uma tarde dessa com tanta bobagem que se disse, mas também teve muita verdade. Aqui teve irresponsabilidade, mas teve muita responsabilidade. São dois pesos, sim, mas existe um que é o peso da verdade. É uma pena que o Ver. Jonas não está aqui, porque não sei se o Ver. Jonas trabalha com uma metralhadora ou com um saco de pena, porque atira para cima um saco de pena ao vento. Ele vai se incomodar com o PT hoje, porque o PT culpou sempre o Bolsonaro pela epidemia e hoje o Jonas veio aqui e disse que muitos são os culpados. Vais te incomodar com o PT, Jonas. Não tirou a culpa do Bolsonaro, e agora? O que vais fazer?

Vereadores e prefeito, eu acho que nós fizemos uma moção na hora certa. Antes de o governador aceitar a cogestão, e isso teve muito do seu peso político, da sua responsabilidade que defendeu a cogestão, que defendeu os votos que Vossa Excelência recebeu, que falou pelos seus vereadores que o apoiam, mas principalmente falou pela população, por aqueles que dão emprego e para aquelas mães que querem os filhos na escola. Vossa Excelência está demonstrando aqui – Ver. Janta, nós somos os quase velhinhos aqui da Casa – que para isso é possível fazer campanha e fazer administração iguais. O que se diz na campanha, se faz na administração; é possível. Nós estamos vendo e Porto Alegre vendo que é possível.

Eu queria convidá-los, meus queridos vereadores, para irmos agora na reunião em que o prefeito vai estar. O prefeito já esteve falando sobre o assunto, sobre o IMESF, muitas vezes, inclusive no plenário. Olha, prefeito, nós vamos falar sobre isso porque V. Exa. é um democrata.

Agora, Ver.^a Comandante Nádia, a decisão do Supremo é para ser cumprida; quando é com um deputado, tem de cumprir. Vamos cumprir, nós concordamos, mas vamos cumprir o que disse sobre o IMESF a pedido do Simpa, a pedido de vários vereadores e a pedido de várias entidades, inclusive do Sindisaúde que está aí dentro, pediram para não aprovar o IMESF primeiro na tribuna. O Ver. Melo, na época – eu me lembro –, fez vários discursos a favor da aprovação, porque seria uma beleza para cuidar. Depois daquelas falcatruas da FAURGS que era do PT também, começou aqui

na UFRGS, com os professores que fizeram uma fundação e deu desvios para tudo que é lado, muitos desvios. E agora nós vamos ter de cumprir o que disse o Supremo a pedido deles. E agora vêm aqui querem que o prefeito descumpra o que disse o Supremo? Não, nós vamos cuidar da saúde, mas com muita responsabilidade, com muito respeito aos profissionais bons, porque têm muitos desses funcionários que são muito bons. Mas têm muitos deles que faltavam muito, não iam aos postos de saúde. Muitos médicos, muitos enfermeiros não iam, deixavam a população atirada, e assim nós não queremos mais e vamos fazer isso com muita fiscalização.

Por isso meus queridos amigos, meus colegas vereadores, eu gostaria que todos nós acompanhássemos o prefeito na sala ao lado, onde haverá mais uma reunião sobre o IMESF. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Cecchim. Antes de passar a palavra ao prefeito, eu quero apregoar o protocolo de intenção entre a Prefeitura e a Câmara, regulamentando a cedência dos servidores. Eu acho que é um momento importante dessa parceria entre o Legislativo e o Executivo. (Palmas.)

(Procede-se à assinatura do protocolo.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Também corroborando, com todo o esforço e enfrentamento à pandemia, a Câmara repassa ao Executivo um cheque de R\$ 778 milhões. Faço isso em nome de todos os vereadores. (Palmas.)

(Procede-se à entrega do cheque.)

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Presidente, vendo o senhor fazer a entrega desse cheque para o nosso prefeito, eu gostaria de desafiar os nossos vereadores para que contribuíssem com as suas emendas parlamentares, que sejam todas para a Covid, para a pandemia, para reequipar o Hospital Parque Belém, o Beneficência Portuguesa, enfim, que nós pudéssemos ajudar, com as nossas emendas, a compra de vacinas e de testes. A COSMAM, amanhã, vai fazer, e fica aqui a sugestão para a Mesa Diretora. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver^a. Comandante Nádia. O Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. SEBASTIÃO MELO: Presidente, primeiro, é sempre muito proveitoso estar nesta Casa que, tanto eu, quanto o Záchia estivemos. Ele ficou menos tempo que eu, eu fiquei por 12 anos aqui.

Eu estava me lembrando de um dos grandes estadistas que o mundo produziu, Winston Churchill, que deixou uma biográfica fenomenal. Um dos biógrafos dele perguntou sobre a democracia e ele respondeu: “ É o pior dos regimes, exceto os outros”. O que eu quero dizer é que a democracia é custosa, mas ela é o caminho. A democracia nos proporciona esse diálogo, às vezes duro, de pensar diferente, mas a regra da democracia é a convergência, na grande maioria. E por isso eu queria fazer um apelo a esta Casa para que, neste momento em que a cidade pede de todos nós um esforço enorme, que nós pudéssemos convergir para combater a Covid-19. E, nesse sentido, vocês podem muito aqui, vocês podem muito nas redes, vocês podem muito na tribuna, vocês podem muito nas rádios em que falam, vocês podem despertar aquilo que vai resolver, que é a consciência.

Vocês acham que tem um guarda-municipal para cada canto desta cidade? Nós temos quatrocentos e poucos guardas-municipais na nossa cidade, numa cidade que tem 500 km². Com uma Brigada Militar deveria ter 35.000 homens e tem 18.000, será que há algum efetivo para combater e dispersar as pessoas que estão nos parques, nas orlas? Só tem uma maneira de isso acontecer: a conscientização. Ou cada um de nós, agentes públicos, sociedade, têm a nossa responsabilidade de olhar para isso, ou não terá saída.

Mas eu queria também agradecer ao governador. Eu acho que ele compreendeu, porque ele é um democrata, ele ouviu atentamente e tomou a decisão de manter cogestão, portanto, a partir de amanhã, a nossa cidade estará em bandeira vermelha. Ele também tomou outra decisão: ele baixou para 20 horas, a partir de amanhã, o fechamento do comércio. Ele não manteve às 22h, então, a partir de amanhã, todas as cidades do Rio Grande do Sul, portanto, os 497 municípios, não terão mais comércio funcionando após às 20h. Correto? Ele ainda não se manifestou no comitê e eu acho que esta Casa - eu não sei quem preside a Comissão de Educação, é V. Exa., vereadora? - continue. Nós, frente a não começar as aulas amanhã, eu não vou estar aí, mas o Ricardo pode cuidar disso, então, na pior das hipóteses, nesta semana, estaremos preparados para as 207 creches comunitárias que vêm recebendo os repasses para aqueles custeios que são permanentes; nós vamos ver a questão da alimentação, nós vamos analisar isso, pois eu vejo o desespero das mães. Por que? O que acontece com as crianças? Ou está com a tia, ou está com o tio, ou está com a vizinha, ou está sozinho, muitas vezes na casa de chão batido, vereadores; muitas vezes lá no esgoto a céu aberto. E as mães desesperadas, porque também precisam trabalhar porque aquela renda vai ajudar também na questão da família. Olhem para a Grécia, olhem para a Suécia, olhem para a Inglaterra, mesmo que lá tenha tido *lockdown*, eles não fecharam as escolas, e muito menos as escolas infantis. Então, essa é uma outra questão que me parece que nós precisamos construir. Por que? Porque a cogestão é um instrumento, e no instrumento da cogestão o senhor governador criou um decreto aparteado dizendo que as escolas não entram na cogestão. Então, a nossa questão é trabalhar para que as escolas entrem na cogestão, porque se as escolas entrarem na cogestão nós vamos fazer as escolas funcionarem!

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Prefeito, desculpa por eu interromper V. Exa., mas eu estava vendo, até gastar toda a bateria do meu celular, o governador Eduardo Leite colocou que as escolas, até o 1º e 2º ano do fundamental estão autorizadas a funcionar, mesmo com a bandeira preta. Ele acabou de dizer isso em entrevista na rádio Gaúcha. Então, temos que verificar exatamente como é que isso fica.

SR. SEBASTIÃO MELO: Bom, então, ele pode ter mudado o decreto. Que bom que ele tenha feito isso. Se traz essa notícia, que bom.

Eu vou voltar, aqui, à questão da Câmara de Vereadores, eu queria, primeiro, apresentar as nossas condolências ao Ver. Moisés Barboza, que perdeu o seu sogro, e que, segundo diz a minha assessoria, está se recuperando bem, já há dois ou três dias, e que em breve estará conosco. Então, registro nossas condolências pela perda do sogro e a nossa corrente de união para que ele possa em breve estar conosco aqui, um vereador combativo desta Casa.

Penso o seguinte: eu acho que as perguntas, os questionamentos, os posicionamentos, todos eles, merecem, de nossa parte, elevada consideração. O que eu posso, digamos assim, em termos gerais, é dizer o seguinte: a cidade está preparada para a vacina, eu continuo achando, como achava antes da eleição, durante a eleição, depois da eleição, que o Brasil precisa comprar vacina para todos os brasileiros porque o governo federal é detentor do Orçamento da União e tem dinheiro para isso. Amanhã a minha ida a Brasília também é nesse sentido, não é uma voz isolada, é mais um prefeito que vai dizer isso, mas, de toda feita, nós estamos inclusive dispostos a fazer esse consórcio metropolitano.

Quanto às questões das UTIs, nós faremos todos os esforços, não mediremos esforços para abrir novas UTIs, novos leitos. Isso é uma coisa que nós já estamos fazendo e vamos continuar fazendo. E especialmente nós queremos conversar com o governo federal também sobre essa questão do Hospital de Clínicas, que eu acho que tem um dos maiores orçamentos dos hospitais brasileiros, e eu acho que ele tem uma condição de, especialmente no 6º andar do seu anexo, abrir ali 60 leitos. E o Hospital Álvaro Alvim eu acho que é um hospital que está muito mais preparado do que o próprio Hospital Parque Belém e que pode também ser um suporte importante para isso.

Por fim, quero dizer que com relação a essa questão do tratamento precoce, eu vou responder pela décima segunda vez, é o seguinte: nós não compramos o remédio. Havia no Ministério da Saúde e nós pedimos. E a procura até foi muito pouca porque vocês nunca ouviram o prefeito dizer que recomenda ou não recomenda o tratamento precoce, porque eu acho que isso não é papel do prefeito, como não é papel de juiz de direito; isso é papel da medicina. Se tem algum médico que faz a recomendação e o paciente aceita, e ambos chegam a um acordo, tudo bem. Eu conheço muitos amigos, das minhas relações pessoais, muitos, muitos, muitos que fizeram tratamento precoce, que foram lá na farmácia São João, na PanVel e compraram, depois que o médico receitou. Então, eu penso que 70% daqueles que são atendidos pelo SUS eu achava que eu deveria ser prefeito de todos os porto-alegrenses, daqueles que

também... Agora, eu não recomendo e nem desrecomendo. Mas há uma suspensão judicial neste momento, através de uma liminar, que está valendo, e enquanto não houver uma decisão de mérito em relação a essa matéria, não existe esse remédio nas redes.

Por fim, o Záchia está aqui, acho que a Dra. Rafaela, se não for ouvida hoje, acho que é uma procuradora de muito quilate, conhece muito sobre vários temas, mas tem estudado muito essa questão do transporte. Se eu pudesse, Cassio, se eu pudesse, presidente, eu acho que, num plenário que tem 36 vereadores, Cecchim e Nádia, que são líderes no governo, às vezes, não é possível esmiuçarmos, mas eu acho que na CUTHAB, não sei quem preside a CUTHAB - o Ver. Cassiá Carpes? - seria um bom momento para que o Ver. Cassiá Carpes proporcionasse um debate mais afunilado, inclusive abrindo as tabelas, chamando aqui os próprios empresários, eu acho que os empresários não se negam a debater, teria que chamar aqui a Carris... E eu quero dizer aos vereadores que nós estamos analisando o sistema como um todo, e se for necessário propor a privatização da Carris para resolver o sistema, nós vamos propor. Essa decisão não está tomada porque o mais fácil é fazer bravata. Bravata não faremos, mas a Carris não pode ser uma empresa em que 40% do custo dela é mais alto do que o sistema privado! E quero dizer que lá hoje há 409 trabalhadores encostados, com atestado médico - entre motoristas trabalhadores, dentre dois mil funcionários. Eu acho que a Comissão de Saúde também poderia dar uma olhada nisso, acho que é bom fiscalizar. Eu fui vereador, fiscalizei muito. Acho que é bom fiscalizar os dois lados. Perguntar lá por que é que há tantos trabalhadores com atestados - quem sabe chamar o médico, chamar alguém. E isso serve um pouco para o serviço público também. Eu acho que há vários remédios a favor da democracia, mas o mais fantástico é a transparência. Podem ficar certos de que no nosso governo não faltará transparência, Ver. Felipe Camozzato; como também não faltarão outras coisas.

Mas a Câmara de Vereadores é corresponsável. Aqui, independentemente de partido A ou B, nós somos corresponsáveis pela cidade. E aqui, todos vocês querem o bem da cidade. Uns podem ser mais estatais do que outros. Bom, mas quem ganhou a eleição é o menos estatal, quer um estado mais enxuto. Mas nós respeitamos quem pensa diferente! Agora, vocês imaginem o seguinte: eu quero ônibus articulado, ar-condicionado novo e passagem a um real. Vocês acham que existe isso? Aí, tu tens R\$ 7 bilhões e pouco, tu colocas R\$ 5 bilhões no ônibus, e como é que tu pagas o caminhão do lixo? Como é que tu pagas o cortador de grama? Como é que tu pagas as creches? Como é que tu pagas a comida? Como é que tu fazes com a saúde? Como é que tu fazes com todos os gastos na educação? Então, os recursos são finitos. Eu vejo, com muito prazer os discursos; mas as pessoas só te trazem soluções que aumentam a tua despesa.

Quando eu fui Presidente da Câmara - o Luiz Afonso não está aqui, mas deve estar nos ouvindo, e ele sabe disso, a Rosi trabalhava comigo, houve uma querida vereadora que lotou o plenário Otávio Rocha, dizendo que ia fazer mais uma isenção para os ônibus - nós fizemos uma pesquisa e encontramos uma figura numa das câmaras de vereadores das capitais chamando precedente legislativo, ou seja, quando um vereador propõe a isenção de uma passagem deveria dizer de onde é que iria sair o

dinheiro - mas acho que nunca mais popôs. Quero dizer o seguinte: é fácil dizer que vou dar isenções; mas de onde vou tirar dinheiro para dar isenção? Porque se eu vou dar isenção, significa que eu tenho que tirar de algum lugar! Entenderam?

Acho que temos que esgaçar esse tema do transporte com profundidade, Záchia. Porque, vejam o seguinte: nós, do governo, estamos convencidos de que o transporte falenciou esse modelo. Agora, a pergunta é: a gente para o sistema daqui a dois dias e ficam 200 mil pessoas que não têm como serem carregadas, ou a gente estabelece um prazo mínimo e faz uma repactuação do contrato e trabalha com a licitação a longo prazo? Tenho a dizer o seguinte: Bom, esse modelo não dá mais. Agora, eu tenho que dizer aos senhores vereadores, que são homens que defendem o Estado Democrático de Direito, que tem um contrato de 15 anos debaixo do braço do empresário. Então, essa briga não é tão singela, ela poderá até ir para o judiciário, em denúncia de contrato. Se o empresário disser que não vai repactuar o contrato e que vai parar o sistema, bom, daí nós vamos ter que ir para a Justiça, e estamos dispostos a fazer isso. Só que nós assumimos o governo no meio da pandemia da Covid-19, a cidade como está, mil problemas, o que é que vocês fariam no nosso lugar? É fácil jogar pedras e dizer que você tem que abrir leito, você tem que arrumar recurso - e aqui não há nenhuma reclamação porque eu fui eleito para isso, para resolver problemas.

Agora, se dizem assim: “Dá um chute no balde e não é contigo...” Não! O sistema do transporte coletivo tem 100 anos, tem 70 anos. Ah, bom, passou pelo PT, passou pelo Collares, passou pelo Fogaça, passou pelo Fortunati, chegou no Melo, passou pelo Marchezan, passou por todos os prefeitos, foram dez prefeitos depois da redemocratização, mas esse tema vem lá dos prefeitos que ainda não foram escolhidos pelo voto popular. Então, não podem querer do prefeito, em só 45 dias, que ele seja milagreiro! Se é uma coisa que não sou é santo milagreiro. Agora, eu estou a fim de, junto com vocês, dizer: “Vamos abrir!” Dizer que empresário não tem que ter lucro? Empresário tem que ter lucro, sim! Tem que ter lucro dentro do limite. Mas tem que abrir! Por exemplo, a questão da bilhetagem eletrônica, tem que vir para discussão, Ver. Janta! O dinheiro que se vende antecipado, qual é esse valor, qual é o lucro que se teve ao longo da venda? E aqueles bilhetes, os TRIs que são comprados antecipadamente e que não são usados e que nunca vieram para essa discussão? Têm que vir! E o auditamento dos balanços das empresas que nunca foram auditados? Isso tudo tem que vir para essa discussão! Estou dizendo isso que é transparência. Da nossa parte, não tem nenhuma cláusula que não possa ser revisada. Agora, vamos combinar entre nós: será que alguém já mediu quantos passageiros entram no ônibus depois da (Problemas na conexão.) Porque o capricho da licitação, decerto, é a quantidade de passageiros que devem andar no ônibus. Eu pergunto: será que realmente alguém foi lá, pegou uma fita métrica e mediu? Ou será que aquilo era para inglês ver dos dois lados? Havia uma idade limite da frota e esta Casa, e eu creio que, com reponsabilidade, aumentou a idade da frota. Mas dizia num contrato que havia um limite de idade para essa frota, e esta Casa já alterou. Como também esta Casa retirou o imposto da EPTC, corretamente. Como esta Casa também tem referendado os prefeitos, inclusive há um projeto do nosso querido Pujol que isenta o ISS, e não tem nada errado. Isso tem que significar

diminuição da passagem, quando retirar o ISS. O que eu não posso é retirar a incidência de impostos e manter o valor da passagem; daí está tudo errado! Então, me parece que quando a gente tem esses tabus, tem uma maneira de colocar na tela e começar a ver o seguinte: em 70 itens, quais são os 40 em que nós temos consenso? Em 30 itens não temos consenso. Então quem sabe vamos trabalhar os 40? Quem sabe vamos trabalhar os 35? Agora, o que não pode, a democracia que todos nós, e eu sou mais velho do que vocês, eu estava lá na Esquina Democrática quando o cacete comia, para lutar por democracia.. E lutei muito! Eu via ali gente desdentada, pobre, rico, mulheres dizendo que a democracia ia acabar com a corrupção, que a democracia iria acabar com a miséria, que teria comida no prato do povo, e, lamentavelmente,... Por isso a democracia tem sido tão questionada. A democracia representativa.

Agora, eu quero dizendo o seguinte: eu espero, um dia, talvez não na minha geração, que a gente não discuta a autoria, mas a qualidade dos projetos. Pode haver projetos do PCdoB nesta Casa que sejam bons e esses terão o aplauso do prefeito, mas pode haver também projetos do prefeito que sejam bons e que mereçam o aplauso da oposição, mas, infelizmente, às vezes, não é assim.

Tivemos duas rodadas com a Previdência, e vamos ter com o Simpa, agora, e vamos ter com outras bancadas. Na primeira rodada, houve 16 entidades que, quando todo mundo falou, todo mundo fez questionamentos sobre a previdência – não foi, Cassio? -, e disseram: “Prefeito, queremos uma segunda rodada para trazermos uma proposta”. Quando teve a segunda rodada, as 17 entidades disseram: “Eu sou contra!”, “Eu sou contra!”, “Eu sou contra!” Mas por que vocês são contra? “Porque nós somos contra!” E nós: “Mas vocês propõem alguma alternativa?” Quer dizer, o Brasil fez uma reforma, e vou encerrando, Presidente, que é o seguinte: 65% dos brasileiros aposentam, neste país, com um salário mínimo! Aí, o Brasil fez uma reforma na previdência dizendo que o homem pode trabalhar até os 65 anos, nesta quadra da política; e as mulheres, 62 anos. Isso foi aprovado pelo Congresso Nacional e vale para todos os homens e mulheres da vida privada; e vale para os servidores federais, e já vale para dezenas de servidores estaduais, como para os servidores do governo do PT, Rui Costa, na Bahia. Como também vale para o prefeito de Fortaleza que já fez a reforma dizendo que tem que ter 65. Como vai valer para o governo do PSOL? Eu duvido que o governo do PSOL não vai fazer, em Belém do Pará, porque não tem como não adaptar, isso não é ideológico. Agora dizer que eu não posso trabalhar até os 65! Eu quero trabalhar até os 80 anos! Agora, quero dizer o seguinte: o que nós estamos pedindo nesta Casa num primeiro momento é só uma coisa: alterar a Lei Orgânica para passar de 60 para 65 para os servidores municipais que hoje aposentam com 60 anos, e as mulheres servidoras municipais que hoje aposentam com 55 anos, enquanto as mulheres brasileiras aposentam com 62. Depois vem a regra de transição? Vem. E eu quero dizer que nós vamos sentar noite e dia, sem parar, com os vereadores, e encontrar uma solução. Agora, dizer para o prefeito tirar o projeto porque não compreendeu o projeto? De 62 para 65? Não compreendeu o projeto? Então diga “Eu não quero este projeto, e, portanto, peço para retirar”. Então pede para o prefeito retirar o projeto, aí eu compreendo a linguagem. Agora, não pode o prefeito ter que assinar um contrato para

arrumar o tapa-buraco da cidade que não tem R\$ 17 milhões para tapar os buracos da rua. E se eu tirar sete dias da previdência eu pago todo o tapa-buraco. E a grama, que tem 50 dias para cortar, que vocês estão vendo alta, que vamos puxar para trinta dias, vai custar mais uma dinheirama para cortar. Então esse debate nós podemos fazer aqui, independente de ser o Melo o prefeito. Eu já fui vereador, já tive tempo da minha vida sem mandato, o mandato é uma coisa transitória, mas eu penso, para encerrar, Oliboni, que o homem público tem que ter muitas virtudes, e uma delas é ter a coragem de enfrentar temas difíceis, e nós estamos dispostos a isso, com vocês. Obrigado, Presidente. Assinamos aqui, a pedido do presidente, a questão envolvendo as cedências que a gente fez, renovamos convênio, e depois vamos analisar alguns casos. Se vocês pudessem não pedir professor, ajuda, mas se pedirem, vamos analisar; se não pedirem para a saúde, melhor, mas se pedirem vamos analisar. E quero dizer que a relação com a Casa sempre será uma relação respeitosa, fraternal, e muito obrigado pela acolhida de vocês. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Prefeito, nós queremos agradecer a sua vinda, o senhor foi muito cordial com o debate, mas queremos sugerir duas questões, uma delas é que o secretário de saúde possa vir constantemente aqui enquanto estivermos discutindo a situação do colapso. E o presidente da EPTC, secretário Luiz Fernando Záchia... Nós percebemos aqui que o secretário disse o seguinte: “nós pedimos três meses para as concessionárias para debater o assunto”. É pertinente, neste momento, que a gente crie uma comissão especial para poder lhe ajudar. Nós temos então aqui, talvez, consenso de que é importante nós termos as planilhas, temos o plenário, temos o ambiente. Então, nesse sentido, tem já encaminhado uma comissão especial, onde todas as bancadas têm assento, vai ser muito importante esse estudo para o vosso governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Claudio Janta (SD): Senhor Presidente, eu faço um apelo aqui, em respeito ao secretário Záchia - é a terceira vez que o secretário Záchia vem aqui na Câmara -, que vá acompanhar o prefeito, o líder do governo, o líder da oposição, e os demais fiquem aqui para a gente discutir esse tema do transporte que é tão importante quanto a questão que nós discutimos até agora, que é a questão da saúde em Porto Alegre. É a terceira vez que o secretário vem aqui na Casa e nós não discutimos este tema. Acho que é uma falta de respeito com o secretário e presidente da EPTC, com as pessoas que estão nos acompanhando em casa que têm interesse neste tema do transporte que é importantíssimo para a cidade de Porto Alegre. Era isso, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apregoo o PLL nº 003/21, de autoria do vereador Jonas Reis.

Apregoo o PR nº 014/21, de autoria da vereadora Mônica Leal.

O vereador Claudio Janta está com a palavra, no tema mobilidade urbana.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Senhor Presidente, quero ser breve aqui, pois o secretário tem uma reunião para tratar deste tema, mas quero dizer que já foi dito até pelo prefeito, esta Casa já permitiu, juntamente com o Executivo, que fosse retirada a passagem dos idosos com mais de 60 anos, a questão do ar condicionado, da vida útil, do ISSQN... São 250 mil usuários que dependem do sistema de transporte de Porto Alegre e 50 mil usuários do sistema de transporte de Porto Alegre fazendo somente uma viagem de ida e volta renderia R\$ 2.340.000,00. Duzentos e cinquenta mil usuários fazendo uma viagem de ida e volta renderia R\$ 2.340.000,00. Eu acho que esta Casa que vota a questão de IPTU, esta Casa que vota questões da saúde, que altera a Lei Orgânica do Município, tem que participar mais na questão do transporte. Eu acho que esta Casa tem a responsabilidade não somente de discutir. Eu já participei de duas frentes e comissão especial para discutir esse tema do transporte. Eu acho que esta Casa tem as condições necessárias para discutir as isenções, por exemplo. Não pode, como já foram dados vários exemplos aqui - e o prefeito está indo amanhã à Brasília e espero que ele fale sobre isso -, carteiro não pagar o ônibus. Não pode! Um dos exemplos. Outro, é o sistema que dá gratuidade entre as empresas, cobrador e motorista de uma empresa anda de graça na outra, e tudo isso entra para o custo da passagem. Nós não vamos resolver isso de uma hora para outra, nós não vamos conseguir resolver isso da noite para o dia, agora, é imprescindível que a gente tenha na cidade de Porto Alegre uma planilha, mas uma planilha... Senhor prefeito que aqui está, senhor secretário, desde que eu assumi aqui, em 2012, entrei com projeto alterando a Lei Orgânica do Município que altera o Conselho Municipal de Transportes Urbanos. Tem que alterar esse conselho. Não tem como a Câmara, por exemplo, não ter assento; não ter como várias entidades que têm interesse na questão da passagem, como CDL, o Sindilojas, o Sindicato da Construção Civil, o Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre, que são os maiores empregadores, não participarem desse conselho. Então, nós temos que rever esse conselho, nós temos que rever a posição desse conselho em relação às cadeiras desse conselho e botar a sociedade civil a participar dele. E já defendi contra, na legislatura passada, no governo passado, e volto a dizer: a nossa saída não pode ser sobretaxar novamente as empresas que empregam as pessoas em Porto Alegre, como o Robaina disse aqui, criar um aumento para as empresas. O que nós podemos fazer... E qualquer estacionamento que se vai ao centro de Porto Alegre se paga R\$ 15,00 a hora, secretário, e aí tu estacionas na rua e tu paga R\$ 2,00, R\$ 3,00. E a rua é pública, a rua é para ser um acesso, então, poderia estar surgindo daí um recurso. Os estacionamentos que cobram uma fortuna, o que contribuem para o sistema de transportes? Não adianta botar pedágio na cidade de Porto Alegre, não adianta sobretaxar aplicativos, táxis, lotações, o que nós temos é que discutir o sistema de transporte num todo. Porque hoje vem os aplicativos, e amanhã o que vai vir? O vereador Jessé anda com um negócio futurista aí, um esqueite, patinete, não sei nem o que é aquilo, e daqui a pouco aquilo vira uma tendência. Hoje já tem várias lojas

vendendo motinhos elétricas que podem virar uma tendência, então nós temos que discutir o todo do sistema de transporte, agora, principalmente, recursos. E recursos não são as empresas pagando, os trabalhadores pagando, recurso tem que vir de áreas públicas que são usadas pelos particulares, como estacionamentos, como os estacionamentos do centro. Acho que quanto mais diminuirmos o volume de carros no centro, estacionados, mais nós vamos aumentar a circulação de pessoas nos ônibus. Era isso, senhor Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A vereadora Karen Santos está com a palavra, no tema mobilidade urbana.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Tudo bom secretário Záchia? Presidente Bins Ely, vereadores, quem está nos acompanhando ainda na sessão, primeiramente quero dizer que o problema do transporte não é uma questão específica da pandemia. Eu sou uma das pessoas que sou contra fazer uma repactuação nos termos que estão colocados hoje, que é para além da discussão pontual hoje que a gente está enfrentando, que é impactada pela redução das pessoas circulando na cidade. O Robaina trouxe a perspectiva de R\$ 58 milhões de arrecadação a partir da TMU, da taxa de mobilidade urbana. Também a gente tem que colocar dentro dessa perspectiva de recursos para o caixa a cobrança dos R\$ 60 milhões que as empresas de transporte devem para os cofres públicos, de uma taxa da CCT, que foi cobrada do usuário, e isso nunca foi devolvido; agora a gente fez uma representação no Ministério Público de Contas e a gente não teve o retorno ainda dessa investigação. Assim como nós não tivemos um retorno ainda da auditoria fiscal que foi cobrada pelo Município, nós pagamos quase R\$ 300 mil para ter acesso às planilhas do transporte e a gente ainda não teve uma resposta objetiva em relação a essa auditoria que foi contratada pela Prefeitura para ter acesso a algo que já deveria ser público desde 2015. Quando o prefeito Melo coloca que a discussão do transporte não foi sanada pelo edital de 2015, isso se dá porque o edital foi corrompido desde o primeiro dia que foi posto em prática. Estão previstas lá as multas, está previsto lá a criação de um fundo de mobilidade urbana, justamente para a gente alocar os recursos da passagem antecipada, da publicidade, das multas que as empresas, ao não cumprirem as metas, deveriam ser cobradas; essas multas nunca foram cobradas e agora a gente chega novamente um círculo vicioso de tirar do elo mais fraco, novamente a discussão dos cobradores, novamente a discussão das isenções, novamente a discussão do aumento da passagem, sendo que a gente sabe que isso, por consequência, vai fazer com que as pessoas usem menos o transporte coletivo porque ele vai ficar mais inseguro, porque as linhas estão sendo reduzidas, porque a passagem vai ser cara. Então antes de a gente pensar numa alternativa estrutural para o problema do transporte, que eu acho que não dá para se dar via Ministério Público, em negociações em audiências fechadas; o edital de licitação de 2015 foi construído num amplo processo de discussão, e não vai ser agora, em meio à

pandemia que a gente vai conseguir sanar isso. Inclusive a gente está aí postergando a discussão do Plano Diretor justamente por compreender que o projeto de mobilidade é para além do transporte coletivo por ônibus. Existem outros modais que precisam estar combinados dentro desta proposta. Então o que a gente vem propondo é que se cobrem – e isso é encarar de frente, hoje, a máfia da ATP - as dívidas, que se cobrem as multas em atraso, e a gente realoca esses recursos no fundo de mobilidade urbana que sirva emergencialmente para suprir o valor da passagem. Queria questionar se vai haver aumento ou não este ano, porque este ruído já está acontecendo e isso vem colocando para nós, vereadores, uma pressão muito grande, porque nós somos contra o aumento da passagem, assim como somos contra tirar novamente do elo mais fraco da cadeia que é trabalhador, que é o usuário. Nós precisamos, emergencialmente, retornar as linhas, a superlotação dos ônibus hoje está equivalente à anterior à pandemia, pois reduziram linhas e as pessoas seguem utilizando o transporte coletivo, porque a atividade econômica segue acontecendo, mas ao mesmo tempo a gente não tem hoje um controle, uma fiscalização em relação à superlotação e aos equipamentos de proteção e de higienização que lá no início da pandemia eram feitos, e eu me lembro, no final da linha sempre tinha gente para higienizar, e isso não existe mais. O ônibus já saiu da garagem sem álcool, e não tem como garantir o distanciamento social de um metro e meio dentro dos ônibus da forma que está. Então acho que são discussões que se combinam. O governo Bolsonaro vetou o projeto de lei do subsídio para os Municípios no valor de R\$ 4 bilhões. É importante que o Melo, nesta viagem que ele vai fazer a Brasília, que se construa, e que o Melo encabece nesse sentido, uma articulação para derrubar o veto do governo Bolsonaro em relação a esse subsídio que viria justamente para equilibrar as contas do transporte que, é óbvio, seriam impactadas pela pandemia. Só que isso foi vetado, e a gente precisa desse recurso justamente para pensar uma política emergencial que equilibre as contas e que permita expandir as linhas que foram restritas e expandir a qualidade do nosso transporte. Qualidade, porque a gente tem denúncias que os ônibus, para além da data que nós votamos aqui para prorrogar o tempo do uso do transporte, 12 anos o transporte comum, 13 anos o transporte articulado, acho que é esse o prazo de validade para um ônibus ficar rodando na cidade. Esse prazo está sendo estendido, nós estamos andando com ônibus sem freio, sem porta, com buracos e mal higienizados, e isso é uma denúncia que fizemos em nosso mandato, fizemos o pedido de informações, e a gente ainda não teve uma resposta da EPTC em relação a essas condições precárias, porque é perigoso, para além da pandemia, tem ônibus da Restinga que não conseguiu parar porque estava sem freio. A gente recebeu denúncias de ônibus Cohab que circulava pela cidade sem porta. Então, são essas condições que a gente quer discutir, o que tu vais nos apresentar para amanhã, para esta semana, não é uma discussão para daqui um ano ou um ano e meio, precisamos de medidas emergenciais, e é isso que a gente espera do senhor: efetividade, porque essa discussão é longa, a gente não vai conseguir saná-la este ano, mas emergencialmente, enquanto estivermos em pandemia, o que vocês têm a nos oferecer.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDATE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver.^a Karen. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, presidente. Quero cumprimentar os colegas vereadores, também o secretário Záchia, que ainda se encontra aqui conosco. Faço questão de registrar, em primeiro lugar, a atenção do prefeito, que não está mais aqui no plenário, mas que esteve conosco durante toda a tarde, eu me furtei de falar antes para deixar justamente que o debate pudesse discorrer e o prefeito pudesse ter tempo para explanar os pontos, mas agora nessa temática do transporte, eu faço questão de registrar. Esse tema do transporte é muito relevante, nós o discutimos bastante na gestão passada, e eu entendo que os argumentos trazidos pela gestão e pelo prefeito são muito importantes. Primeiro, acho que é dever desta Casa honrar com algumas das alterações que nós não aprovamos na legislatura passada, sejam elas as questões das isenções, as questões dos benefícios que pesam e tornam a nossa capital uma das mais caras. Acho que são pontos que a Câmara deve encaminhar, deve resolver, e nós temos o compromisso de fazer isso e responsabilidade.

Acho que outro tema das ideias de tributação, ou mesmo de subsídios, que são coisas a que o NOVO se manifesta contrariamente, mas nós estamos abertos a debater o tema para ouvir também de que forma se pensa em produzir isso, mesmo que nós tenhamos um voto contrário, nós temos interesse em colaborar com aquelas visões que eventualmente sejam as necessárias para o curto prazo, uma vez que aquelas estruturais não possam ser endereçadas. Acho que a revisão do transporte, a repactuação do contrato é fundamental, então reforço isso.

Por fim, agradeço por terem estado até o final aqui, não só me ouvindo, mas por terem ouvido todas as bancadas e vereadores, assim como o prefeito Melo, até o final desta sessão. Obrigado, Presidente, e fico à disposição juntamente com a minha colega, Ver.^a Mari Pimentel, para que a gente possa continuar dialogando até com mais profundidade sobre esse tema.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDATE NÁDIA (DEM): Muito obrigada, Ver. Camozzato.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O secretário Luiz Fernando Záchia, da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMU, está com a palavra para suas considerações finais.

SR. LUIZ FERNANDO ZÁCHIA: Como diria o Ver. Elói Guimarães, lá no passado, quando o plenário estava absolutamente vazio, que nós dizíamos: “Vereador, está vazio”, e ele respondia: “Mas estou falando para os anais”. Enfim, é importante o registro, é importante a presença de todos...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nós temos vários vereadores *on-line*, secretário.

SR. LUIZ FERNANDO ZÁCHIA: Alguns *on-line*, evidentemente que sim, é importante a participação de todos. Eu só quero sintetizar, claro que foram ouvidas diversas opiniões, é um tema impactante, é um tema que tem um reflexo a curtíssimo prazo, mas evidentemente que nós temos que olhar não o quilômetro de arrancada, nós temos que ver que isso é uma maratona, o sistema de transporte público tem que ser equacionado, ele tem que ser revisado, ele tem que ser rediscutido, ele foi feito em cima de um formato, em cima de uma situação econômica, em cima de modelos antigos, os hábitos estão mudando, e conseqüentemente a demanda cai, tem que se reestruturar desde o tamanho dos veículos, desde as linhas, No passado se trabalhava muito, e é verdadeiro, com solicitação de linhas, vinha um agente público pedir mais uma linha que tinha que estender mais um quilômetro, que tinha que botar para anteder, às vezes, um interesse comunitário que não se justificava, e isso tudo foi criando custo, isso é tarifa... o setor empresarial, ou a própria Carris – a Carris tem 22% do sistema –, então vejam bem, o setor privado tem 78%, também a Carris fez com que o custo, cada vez mais da tarifa fosse aumentado pela sua incompetência de gestão. A Carris criou, ao longo dos anos, não está se julgando o governo A ou B, ao longo dos anos foi criando uma estrutura, e hoje essa estrutura é muito cara. Então, a operação Carris não para de pé. Quando o prefeito fala: “Penso em privatizar a Carris”, alguém quer a Carris? Eu acho que se a colocar hoje no mercado de graça, ninguém pega, porque é uma empresa deficitária dentro de um sistema deficitário. Então, primeiro, ou se tenta equacionar o sistema, tenta se dar uma condição de viabilidade para o sistema, e daí colocar a Carris dentro de uma outra realidade no sistema. Aí começamos a diminuir o custo, começamos a fazer com que haja o equilíbrio demanda/custo. Esse talvez seja o nosso maior desafio, eu digo o nosso não da Secretaria, eu digo nosso como sociedade. Nós temos que repensar o transporte, nós temos que entender que existem custos que hoje não se admitem, nós temos que compreender que há um excesso de gratuidade, não se justifica a gratuidade que se dá, nós temos que entender que outros sistemas de transporte, que não são sociais, o único sistema de transporte social em Porto Alegre é o ônibus, o ônibus transporte um terço de gratuidade; o táxi não transporte, o aplicativo não transporte, a lotação não transporta; quem transporta 30% de gratuidade é o ônibus, e isso é um custo para o sistema, então nós temos que fazer com que haja um equilíbrio, e esse equilíbrio, evidentemente, passa por revisão de ações do Poder Executivo, passa por revisão das suas linhas, existem hoje transpostas, existem linhas absolutamente desnecessárias para alguns horários, nós temos que fazer com que haja uma modernização, uma atualização dessas linhas dentro de demandas, então dentro dessas,

eu não sei se é comissão especial ou uma relação com a CUTHAB de nós abriremos os números, acho importante que haja a conscientização desta Casa, porque como é que se fala: “A passagem é cara”, nós temos que abrir com toda a transparência, como é que se compõe a passagem, não é feita pelo setor empresarial, é feita pela EPTC, é auditada na EPTC, mostrar como se compõe isso, quantos quilômetros são feitos, porque aqui se diz que os ônibus estão lotados... Lotados no horário de pico, isso não há a menor dúvida. O T2 e o T11, que são as principais linhas da Carris, saem de quatro em quatro minutos em horário de pico e estão lotados. Nós não temos como fazer, não temos nem condição operacional de botar um ônibus colado no outro. Nós temos que reavaliar tudo isso, o horário de pico é pico, entre picos vamos aumentar um pouco mais esse espaçamento, porque não se justifica às vezes um ônibus andar com três ou quatro pessoas. O ônibus é diferente dos outros, do aplicativo, do táxi, da lotação, ele sai para cumprir o horário e o roteiro, independentemente de passageiro. O táxi fica no ponto esperando, o aplicativo fica no posto de gasolina esperando ser chamado, aí que ele vai na busca... isso é mercado, eu tenho essa compreensão, mas o ônibus e o lotação também...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LUIZ FERNANDO ZÁCHIA: Hoje, cada vez mais, porque está diminuindo cada vez mais o número de carros, como o ônibus tem a licitação, o ônibus não pode diminuir, aquele número que compõe a frota, aquele número tem que estar na rua, e às vezes saem sem ninguém, sem pegar nenhum passageiro no seu trajeto, isso tem um custo, tem o custo do desgaste do pneu, tem o *diesel* que foi gasto, tem a hora do motorista e do cobrador para ter dois ou três passageiros dentro. Quer dizer que isso tudo tem que ser debatido, primeiro, acho que abrindo todos os números para que os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras possam ter essa compreensão, e, a partir daí, faremos um grande debate. Entendo e defendo isso, na intimidade do governo, que temos que fazer um interregno de 90 dias para que se possa, dentro desse período de 90 dias, o sistema não pare, construir, e sou contra, e o prefeito Melo sempre declarou com muita clareza que não terá subsídios. Poderemos, talvez, nesses 90 dias, para que o sistema não pare, improrrogáveis, tentar participar de um equacionamento, mas nós temos que fazer com que haja um repensar desse sistema de buscar fontes alternativas, de fazer com que haja uma condição do sistema se manter de pé, senão nós corremos o risco de, cada vez mais, estarmos desqualificando o serviço, perdendo qualidade, porque a demanda... Encerrando, Presidente, em fevereiro, transportávamos, por dia, 740 mil pagantes – fevereiro de 2020, um mês antes da pandemia; em fevereiro de 2021, está se projetando, mas se nós pegarmos o janeiro de 2021, que já fechou, 350 mil pessoas – 50% do que se carregava há um ano. A frota é a mesma, os funcionários são os mesmos, o custo é o mesmo, e a receita foi pela metade. Então, o cálculo, pena que o Ver. Janta não está aí, o cálculo dos 250 mil que dependem, e muitos desses 250 mil que dependem, é meia passagem, são estudantes, estudantes pobres, que se não tiverem isso não terão condições de pegar um outro transporte. Então, a receita não é aquela, é matemática. Então, é por isso que eu insisto nisso, Presidente, encerrando e agradecendo,

de podermos fazer uma comissão especial junto à CUTHAB para abriremos esses números e fazermos uma ampla discussão, porque eu tenho a convicção que, com essa ampla discussão, haverá uma compreensão maior desta Casa legislativa. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, secretário Luiz Fernando Záchia, queremos agradecer sobremaneira, em especial em função do adiantado da hora. Os vereadores que nos acompanham no plenário e através da tecnologia remota, hoje tivemos não somente a presença do secretário aqui debatendo o tema do transporte, mas também em especial a presença do prefeito e as deliberações sobre o enfrentamento à pandemia, que permitem que Porto Alegre adote o sistema de cogestão, então, estaremos em bandeira vermelha a partir de amanhã.

Esta Casa deliberou em reunião de Mesa também, às 15h, que estaremos restringindo horários, estaremos restringindo atividades e também o número de pessoas, dando a contribuição do Legislativo a esse enfrentamento. Entregamos um cheque de R\$ 780 mil ao prefeito para o enfrentamento da pandemia, fazendo mais um gesto do Legislativo em favor da sociedade.

Recebemos hoje a Ceitec, o secretário Fernando Záchia conhece bem lá e sabe da importância tecnológica que está agregada ali, e acho muito oportuno e importante que, de alguma maneira, a gente possa estar fazendo esse enfrentamento para que não passemos a entregar toda aquela tecnologia e todo aquele investimento, acho muito oportuno e importante que, de alguma maneira, possamos manter tudo aquilo ali que até aqui já foi investido. Recebemos aqui o pessoal do IMESF, acho que ainda estão ali reunidos. Também conseguimos apregoar a questão das cedências, enfim, uma tarde importante de trabalho, bastante produtiva.

Agradeço pela atenção, em especial, do povo de Porto Alegre, que acompanha, atentamente, tudo aquilo que o Legislativo municipal também tem feito em prol da sociedade porto-alegrense, em especial. Pela atenção de todos, muito obrigado. Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h35min.)

* * * * *